



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 14 DE MARÇO DE 2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Tumulto

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Bom dia a todos. Vou pedir para ocuparem os assentos para iniciarmos a audiência pública.

Presentes os Vereadores Ricardo Nunes, um dos autores deste projeto; Adilson Amadeu, também um dos autores; Rodrigo Gomes e também está representado o Vereador Ota.

Presidindo os trabalhos da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 2ª audiência pública do ano de 2017.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link auditórios online.

A pauta desta audiência é o PL 03/2016, de autoria dos Vereadores Adilson Amadeu, Ricardo Nunes, Gilson Barreto, Jonas Camisa Nova, Vavá, Alfredinho e Nelo Rodolfo, altera a redação dos artigos 10,17 e 18, e cria o art. 29-a, todos na lei nº 14.803, de 26 de junho de 2008, e acrescenta o § 4º ao art. 123 da lei nº 13.748, de 30 de dezembro de 2002, e dá outras providências.

O projeto é referente ao plano integrado de gerenciamento dos resíduos da construção civil e organização do sistema de limpeza urbana do Município de São Paulo.

Foram convidados e encontram-se presentes os Srs. Evaldo Azevedo, Diretor Técnico e Gerente de Controle e Monitoramento da Amlurb, representando o Secretário Municipal das Subprefeituras, Sr. Bruno Covas e o Presidente da Amlurb; Sergio Henrique, representando o Secretário do Verde e do Meio Ambiente, Gilberto Natalini; Carlos Bento da Silva, Comandante Geral da Guarda Civil Metropolitana, Inspetor de Agrupamento; Francisco Pereira Lima, Presidente da Artesp, Associação dos Transportadores de Terra e Entulho de São Paulo; Simone do Amaral, Presidente da ABNT; Silvia Brunelli, Advogada da ABNT e Vicente de Paulo Enedino, Presidente da Apemat.

Convido-os a tomarem assento à Mesa Diretora dos Trabalhos.

Foi convidado também o Procurador Chefe do Ministério Público do Trabalho, Dr.

Erich Vinicius Schramm, que infelizmente não pode comparecer devido a compromissos institucionais.

Em comum acordo com os Vereadores desta Comissão vamos abrir, preliminarmente, por dois minutos, a palavra aos componentes da Mesa e, posteriormente, a palavra a todos que estão lotando o nosso salão nobre da Câmara Municipal.

Todos aqueles que desejam falar, peço que se inscrevam junto à Assessoria.

Como nós temos, daqui uma hora e quinze, outra reunião no salão nobre, esta audiência pública demandará, no máximo, uma hora e quinze minutos.

Nós já estamos na segunda audiência pública, e, muitos de vocês já fizeram questionamentos, que estão apontados nos autos do projeto.

Não tenham dúvida de que vamos tentar, na medida do possível, adequar o projeto para satisfação e, também, em homenagem a todas aquelas pessoas que estão aqui e que trabalham no setor.

Antes de iniciar, registro a presença do nosso amigo, Vereador Isac Félix.

Gostaria de passar a palavra ao Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Vereador Aurélio Nomura, líder do governo. É muito importante termos um líder do governo nesta audiência pública e presidindo esta sessão.

Quero cumprimentar o Vereador Adilson Amadeu, que é um grande batalhador pelo segmento; o Vereador Rodrigo Gomes, que vem para se somar a esta batalha, Vereador em primeiro mandato, será coautor do nosso projeto; o Vereador Isac Félix que também faz parte da comissão e se soma a essa batalha, também coautor do projeto.

Quero cumprimentar os Srs. Evaldo, Sérgio, Bento, Simone, Sr. Lima, Dra. Silvia e Vicente, enfim, se me esqueci de alguém, me perdoem.

Gente, bom dia a todos.

Quero iniciar dizendo da importância da mobilização de vocês. É impressionante o

quanto vocês são unidos, organizados e têm uma participação efetiva nas ações do segmento de vocês.

Hoje, pela manhã, eu assistia ao *Jornal da Globo*, e, mais uma vez, muitos devem ter visto a matéria da Rede Globo colocando a situação do descarte ilegal na Cidade.

Uma das imagens era um monte de gesso.

Destaco isso porque uma das ações do projeto, todas as discussões que vocês vêm tendo tem relação a resolver essa situação.

Ontem, eu falava com o Bruno Covas, que estaria vindo para cá, mas me ligou, ontem à noite, gentilmente, para explicar que um amigo seu, de apenas 28 anos, andando na casa, tropeçou, bateu a cabeça e veio a falecer. Ele teve que ir para o velório. E, por conta disso, ele não está aqui, porque eram amigos de infância. Mas conversamos longamente, duas ou três vezes, ontem, durante o dia.

Já temos marcada outra reunião com ele.

Mas quero deixar registrado, Vereador Aurélio Nomura, que mesmo com todos os problemas do amigo dele, de ter uma pessoa falecida, estamos falando ao telefone.

Até vi nos comentários do whatsapp que alguém falou assim: “Onde está o Ricardo Nunes? A Dra. Silvia? Cadê a Simone?” Porque a gente não aparecia no grupo, mas a gente estava conversando para termos a reunião hoje, enfim.

A gente aproveitou esta audiência pública para discutir essa nova proposta do governo de instituir a CTR eletrônica e, também, para fazermos a segunda audiência pública do projeto de lei que tramita na Casa, do qual já fizemos a primeira votação, a primeira audiência pública; estamos fazendo a segunda audiência pública e vai estar pronto para a pauta, para votarmos.

O projeto de lei fala das alterações que o setor vem nos trazendo, de várias reuniões que já tivemos e, por exemplo, vai ser discutido aqui, mas só para resumir muito rápido, os três aterros teriam que receber todo tipo de material lá, inclusive, para não haver

gesso na rua.

É importante salientar, para as pessoas que estão aqui da Emurb, da Secretaria do Verde, da Secretaria das Prefeituras Regionais, que a categoria não aceita, de forma nenhuma, que a matéria da Rede Globo, colocada hoje, seja culpa desses profissionais que aqui estão.

(Palmas)

Não é verdade, isso não é verdade.

Ontem eu explicava para o Bruno. Eu falei: Bruno, nós temos, na cidade de São Paulo, por exemplo, 90% de todo comércio sem licença de funcionamento. A lei determina que tenha licenciamento.

Nós vamos fechar todos? Não. O que nós fizemos? Nós construímos, com o Nomura, o Adílson Amadeu todos nós trabalhando muito, a alteração da legislação. Portanto agora as pessoas vão poder tirar licença para funcionamento.

Por exemplo: desvinculamos o Habite-se da licença, alteramos a Lei de Zoneamento, criamos a ZCor, ou seja, uma série de alterações na legislação que agora as pessoas vão conseguir tirar licença.

O que eu tenho falado para eles? Eles precisam entender isso: ninguém quer trabalhar irregular, ninguém que está aqui trabalha irregular. A gente não pode deixar que meia dúzia... porque são mil caçambas, por dia, na rua. Aquele monte que está lá que a Globo mostrou hoje, não representa o que a Cidade tem.

Agora, existem maus médicos, não são todos ruins; existem maus políticos, não são todos ruins; existem maus policiais, Polícia Militar, não são todos ruins. A gente não pode fazer, por meia dúzia de caras que jogam lixo na rua, a categoria inteira pagar.

O que nós estamos pedindo aqui? Para que a legislação se adeque ao que é possível ser atendido. É como falar assim: dê um pulo de três metros de altura. Ninguém vai dar. Mas se falar: dê um pulo de um metro, até mais gordinhos vão se esforçar e vão conseguir. Então precisamos adequar.

Nós já estamos gastando muito dinheiro da Prefeitura. Quando vocês depositam o lixo lá uma parte vocês pagam, a outra grande parte é a Prefeitura que paga. Por que o aterro fica só com o filé mignon e vocês têm que ficar com o pé e o pescoço do frango? (Palmas)

Quando você contrata uma caçamba não fala para o cara só põe terra aqui, só põe entulho, porque não é assim que acontece. Essa é a realidade. Mas se os aterros receberem todo tipo de material e separarem, melhora a logística da Cidade.

Nós precisamos melhorar a questão dos licenciamentos para as ATTs conseguirem licenciar-se. Se não conseguem licenciar a ATT, vai falar o seguinte: todo mundo é obrigado a por ali e não tem espaço. Três aterros para uma cidade deste tamanho.

Bom, já me alonguei demais. Enfim só queria dar esse período da coisa e parabenizar demais vocês, em nome da Simone, da Dra. Sílvia e do Sr. Lima.

Quero cumprimenta-los, parabenizando pela atuação, tenho certeza que vamos sair daqui com resultado positivo para a Cidade e para o setor.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Passo a palavra ao nobre Vereador Adílson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Bom dia a todos. Em nome do Presidente desta sessão, Vereador Nomura, líder do Governo nesta Casa, quero cumprimenta-los, todos já foram nominados, não vou ser repetitivo.

Venho acompanhando, não profundamente, mas sempre que fui chamado, sobre todo esse processo.

Tenho para falar aos senhores que as vezes que estive presente nas secretarias, com o Simão Pedro, a Dra. Sílvia, a Simone, o Lima, grande batalhador dessa categoria. Vocês têm sempre de observar quem são aqueles que realmente vestem a camisa nas horas mais difíceis. Porque depois que ficar tudo muito bom, vocês precisam continuar unidos como têm sido, para que as coisas possam acontecer sempre.

Eu queria fazer um registro: o Vereador amigo Ricardo Nunes, ele se aprofundou muito nesse assunto, dia e noite. Sem desmerecer dos outros Colegas que também fazem parte desse projeto.

Ontem estava indo a uma audiência fora da Cidade a qual fui convidado e ele me ligou falando deste momento de hoje e eu não poderia deixar de vir aqui. Eu vejo assim, nem sei se cabe, vocês são tão organizados, merecem todo o espaço para trabalhar nesta Cidade que não é pequena, é grande.

Este Governo está tentando entender cada vez mais o que esta acontecendo e fazer uma Cidade melhor e linda. Temos de aproveitar tudo isso. Eu estou até desacreditando e ao mesmo tempo feliz da vida que o Prefeito já veio, neste Governo, três vezes na Casa.

O outro Governo, no dia que veio, passou mal no elevador e falou: “Estou indo embora”. Eu fiquei triste porque S.Exa. nem veio no plenário. Então, precisamos aproveitar esse conjunto de coisas.

O Secretário Bruno Covas é uma pessoa realmente preocupada e quer também escutar tanto é que parece que já está marcado um encontro para quinta-feira. Nessa audiência V.Exas. vão trazer mais subsídios para todos os Srs. Vereadores, apesar de que o Vereador Ricardo Nunes está nesta matéria - e em outras - um professor.

Não sei se nas audiências foram chamados os donos dos aterros. Quem são os donos dos aterros? Ou só querem o filé mignon? Por que eles não querem receber ou a Prefeitura não quer entender que, logicamente, eu faço a reforma do meu apartamento, cai gesso, ferro, alumínio, cai tudo e levam, mas não podem nesses três aterros?

Eu li uma matéria e, não sei, deve ter gente da imprensa, às vezes o pessoal da *Globo* fica quietinho, fica filmando, é bom que eles sabem que precisam aprender muito com vocês que são do ramo antes de falar bobagem. (Palmas)

Isso acontece muito porque 6h você liga a televisão e tem um menino que inclusive tem o nome do meu filho Rodrigo e fala tanta bobagem. Ele se tornou o mais nariz em pé que

tem nesta Cidade como jornalista. (Palmas)

Quando ele reformou o apartamento dele em Moema, ele precisou de caçambeiro. Por que ele não colocou no porta-malas do carro dele e levou? Não, iria estragar, é melhor contratar vocês que é até barato demais o serviço de vocês pelo o que vocês fazem.

Imaginem ficar uma semana todo o lixo na porta dos prédios sem caçamba? Por que não tem caçamba hoje, amanhã e depois? Porque estamos reformando as caçambas, vamos pôr branco, verde, azul, conforme time de futebol.

Vou falar uma coisa, mas não me levem a mau: vocês dependem sim da Câmara Municipal. Vocês precisam sim de Vereadores que tenham vontade de fazer o melhor para vocês e vocês podem acreditar que como todos os projetos que passam na Casa, este projeto está sendo muito bem cuidado.

Em certo momento, precisei ajudar os colegas taxistas, mas o Vereador Ricardo Nunes continuou bravamente. Estou fazendo este registro porque passamos por uma eleição há pouco e quando vocês notam que têm Vereadores vestindo a camisa não deixem de estar perto desses Vereadores porque hoje é esta mudança, amanhã pode ser outra e nós precisamos “parlare” com o Governo. Porque se não “parlar”, não sai nada. Então, não tenho dúvida que com a ajuda do líder experiente, pessoa de alto nível que é - já vem de família -, professor, Aurélio Nomura, Ricardo Nunes, Isac, Rodrigo, Alfredinho – que não está aqui -, o próprio Nelo Rodolfo - que também ajudou -, Jonas Camisa Nova – que não está, mas, sem dúvida alguma, ficará muito feliz ao final desse projeto. Vamos à vitória com muito sucesso. Não pode ser diferente para uma Cidade em que o Prefeito quer que ela seja linda e, para ser linda, eu gostaria também de conversar com um por um, com os proprietários desses aterros, para que eles falem. Enfim, para que levemos os proprietários desses aterros ao Bruno Covas, para vermos a posição deles. (Palmas)

Meu muito obrigado e quero ficar nesta audiência aprendendo com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Vereador Adilson.

Passo a palavra ao nobre Vereador Rodrigo Gomes.

O SR. RODRIGO GOMES – Muito obrigado, Vereador Nomura.

Cumprimento a Mesa na pessoa do Vereador Líder do Governo e saúdo a todos com um bom dia.

Esta é minha primeira audiência pública, nesta Casa. E em meu primeiro mandato tenho como pauta itens polêmicos. Tenho certeza de que os resíduos sólidos são, dos itens pautados, um dos mais polêmicos. A drenagem é um dos itens em que também estamos trabalhando. E a minha visão, em relação a esse caso - inclusive o pedido de coautoria do projeto para essa alteração -, o principal foco seria a segurança primária, que é um dos principais itens que a Prefeitura, hoje, tem de atuar. E o fato do descarte irregular, pelo motivo de não poder levar esses elementos para os aterros, é justamente a questão de segurança. Montes de lixo, principalmente nas periferias de nossa cidade, que é de onde eu venho e aonde tive o maior número de votos, é o principal foco. E, infelizmente, as gestões anteriores, desde que o projeto foi criado, têm, de certa forma, tentado entender melhor. E eu tenho certeza de que a Cidade precisa muito mais dessa ação imediata e eu parabeno o Governo, aqui, por abrir o espaço, mais uma vez, para que possamos agilizar isso para vocês, principalmente, que precisam levar adiante esse projeto. Então, temos de resolver o problema da Cidade.

Imagine vocês, hoje, que o Poder Público poderia resolver o problema de segurança urbana, segurança primária, principalmente a questão dos pontos de descarte irregular, que também é interessante tratarmos nessa pauta. As pessoas, ultimamente, têm acompanhado esse vídeo do descarte irregular, e aquele é um ponto de possíveis ataques. Então, você resolvendo esse tipo de coisa, você deixa, inclusive, essas pessoas, que fazem esse descarte irregular, poderem levar esses materiais até o aterro.

Então, eu também, hoje, vou aprender bastante com vocês. Pretendo me debruçar nessa pauta e acompanhar, sim, como o Vereador Ricardo Nunes e todos os outros que estão aqui presentes, para que possamos, juntos, melhorar o trabalho de vocês e, principalmente, a cidade de São Paulo.

Muito obrigado e que tenhamos uma ótima audiência pública. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Vereador.

Antes de chamar o próximo, gostaria de convidar, para fazer parte da Mesa, o Sr. Edson Caran, Diretor do Departamento de Operação do Sistema Viário da Cidade de São Paulo. (Pausa)

Gostaria de passar a palavra ao nobre Vereador Isac Felix.

O SR. ISAC FELIX – Bom dia a todos, quero saudar a Mesa, na pessoa do nobre Vereador Ricardo Nunes, que é da zona Sul de São Paulo, porém tem feito um trabalho excelente nesta Casa para a cidade de São Paulo. Quando vi esse projeto, conversando com o Ricardo, e conversamos bastante porque fazemos parte da mesma Comissão, e o Ricardo tem umas ideias boas para a cidade de São Paulo.

Mas minha vida toda foi em subprefeitura, minha história vem de subprefeitura, de regional, prefeitura regional, como quer que seja a nomenclatura que cada Prefeito dá. E a minha pergunta é, a esta Mesa também, São Paulo como o nosso Prefeito está designando e está trabalhando e lutando para deixar uma Cidade linda e limpa, mas se não fosse vocês o que seria de São Paulo.

É como o Vereador Adilson Amadeu falou, os grandes fazem a meia boca e os pepinos, as buchas, as críticas, como da Rede Globo, sobra para vocês. Os grandes não são perseguidos e vocês são. Os grandes levam o maior recurso e vocês dependem de um operário, de um pai de família que fez uma reforma em sua casa para contratar vocês, que muitas vezes fazem isso até por uma causa para beneficiar e ajudá-lo, porque ele não tem recurso.

Vocês se dispõem a ajudar a Cidade e eles não. Vocês são cobrados, pinta a caçamba um dia de amarelo, um dia de verde, outro dia azul, gastam o que ganham com tinta, colocando faixa.

- Manifestação na plateia.

O SR. ISAC FELIX – A fiscalização funciona é para vocês e para os grandes não. Então Ricardo, parabéns pela sua iniciativa, quero estar junto, tenho muitos amigos. Consegui conquistar muitos amigos na área de vocês também, porque sempre abri as portas das prefeituras regionais onde estava para dialogo. E quero estar junto desse projeto, espero que seja aprovado com as ideias e propostas de vocês, porque são vocês que estão na rua, no dia

a dia e são vocês que conhecem as suas dificuldades.

Parabéns a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado Vereador. Gostaria de convidar o Sr. Evaldo Azevedo, Diretor da Amlurb, nesse ato também representando o Secretário da Coordenação das Prefeituras Regionais, Bruno Covas.

É bom que se diga que o Secretário, como disse o Vereador Ricardo Nunes, teve de se ausentar porque compareceu no enterro de um amigo dele. Estava na sua agenda, mas infelizmente houve essa fatalidade. Então gostaria que todos compreendessem, mas nesta semana segundo o Vereador Ricardo Nunes, que teve contato com o Secretário, iremos nos reunir para debater esse assunto.

Tem a palavra o Sr. Evaldo Azevedo.

O SR. EVALDO AZEVEDO – Bom dia, Vereadores, senhoras e senhores, como disse o Vereador, estou aqui representando a Amlurb e nos colocando à disposição dos Srs. Vereadores, dos Srs. transportadores que estão aqui para conversar, dialogar a respeito da PL e também da questão do próprio CTR. Estamos aqui à disposição dos senhores.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de passar a palavra ao representante do Secretário do Verde e Meio Ambiente, Sr. Sérgio Henrique, para as suas considerações.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE – Bom dia a todos. Em nome do Secretário Gilberto Natalini, cumprimento os Vereadores e a Mesa. Estamos à disposição para discutir. É uma coisa que não podemos esquecer quando se discute temas relativos à destinação de resíduos. Temos que ver o que está na lei e o que está na norma.

Quero fazer um adendo, para começar a pensar: quando o PL diz “independentemente da classificação”, estamos abrindo um leque muito grande. Os resíduos de construção civil são classificados A, B, C e D, e D é resíduo perigoso. Acho que aqui ninguém quer trabalhar com resíduo perigoso e descartar. O grande problema é que quando coloca “independentemente da classificação”, nós podemos receber uma caçamba de uma demolição de uma unidade de radiologia, por exemplo. E o que vamos fazer com isso? Então é

muito coerente quando se fala em gesso e madeira. Mas se lermos a Resolução 307 do Conama, ela diz que os resíduos classe A, que são os aterros de construção civil, são resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como construção, demolição. Aí fala, no item B, fala em argamassa e concreto. Só que tem uma coisa que é um pouquinho de estudo, não de pesquisa: gesso é reciclável, madeira é reciclável, está dentro da classificação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Então na classificação do item B, fala-se em gesso, mas essa classificação é de 2002, e a Política Nacional é de 2010, e ela fala em gesso como material reciclável. Então está dentro. O que precisa é uma orientação. E dentro da lei poderia mudar alguma coisa, de os aterros serem obrigados a receber gesso e madeira. Quanto a isso não tem problema nenhum, porque a hora que colocamos “independentemente da classificação”, nós estamos colocando resíduo perigoso. E resíduo perigoso eu dei o exemplo de radiologia, mas vai ter um monte de outras coisas. Vocês podem pegar a demolição de uma indústria química, com um monte de produtos químicos, que vão colocar numa caçamba. Então essa única restrição técnica e ambiental que tem dentro disso é porque, ao se colocar “independentemente da classificação”, eu não penso em gesso e madeira, eu estou pensando nos outros produtos. Então para gesso e madeira tem uma política nacional, por estudos, e são recicláveis. Então só teria que mudar da Resolução do Conama ou uma lei dizendo que gesso e madeira estão classificados como resíduos Classe A.

O SR. ADILSON AMADEU - Presidente, pela ordem.

O representante do Verde, pelo que eu entendi, eu acho que os senhores trabalham 95-98-99% com construção civil, é isso?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ADILSON AMADEU – Então quando se fala de algum resíduo de hospital químico é uma outra situação. É bom observar isso, porque faz parte dessa audiência. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Agradeço a manifestação. Aliás, lembrando que a manifestação do Sr. Sérgio Henrique é muito importante. O ano passado participamos de uma CPI de áreas contaminadas, e a grande parcela que temos na cidade de São Paulo de áreas contaminadas é motivada exatamente por esses aterros de produtos tóxicos. Então, lembrar o caso da USP Leste, um caso emblemático, que simboliza exatamente isso. Acredito que essa audiência pública e esse projeto vieram a sanar e tentar facilitar o trabalho de todos vocês, mas não colocar em risco a população. O espírito de todos os

senhores, dos vereadores e de todos os que estão presentes é tentar construir uma norma adequada para a cidade de São Paulo.

Gostaria de passar a palavra ao nosso Comandante Geral da Guarda Civil Metropolitana, o Inspetor Carlos Bento da Silva.

O SR. CARLOS BENTO DA SILVA – Bom dia a todos e a todas. Nobre Vereador Ricardo Nunes, parabéns aos demais componentes da Mesa por essa iniciativa de buscar uma solução pertinente a esse tema, que é tão relevante. Já é uma alternativa e é também é um almejo da população, dos colegas que trabalham com o transporte de resíduos sólidos.

Só um adendo, não sou o Comandante Geral da Guarda Civil, sou o Inspetor Bento, estou na superintendência de defesa ambiental e estou representando o nosso Comandante Adelson de Souza, que hoje está na passagem de comando no Centro de Formação.

A Guarda Civil atua de forma conjunta, tanto com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, como Cetesb e outros órgãos fiscalizadores. Temos uma portaria conjunta com a Amlurb, 02/2014, salvo engano. A gente está aí para ajudar na fiscalização e na destinação desses resíduos. Infelizmente – eu sempre conversei com o Carlos, isso há muito tempo, sempre defendi “Carlos, vocês têm que se reunir, vamos buscar alternativa para que o pessoal consiga depositar esse material de uma forma adequada e busque uma solução para todo mundo.” Todos têm que ganhar e o meio ambiente tem que ganhar, principalmente, porque isso envolve saúde pública.

O colega do Verde não está errado na observação dele, quando fala independente da classificação, porque abre-se um leque, uma jurisprudência que, se for para uma defesa, um colega, vamos supor, é pego transportando resíduos perigosos, nem todo mundo tem uma índole, todo mundo sabe disso. É por isso que estamos nessa audiência pública, para saber quem realmente quer trabalhar de forma conjunta e eficaz, e atender a legislação. Mas, têm colegas que vocês sabem que atuam de forma irregular. Então, essa é a função da fiscalização da Guarda Civil Ambiental e de outros demais órgãos.

Acho que o colega fez uma observação bem clara, deixa-se um leque, porque o colega pode chegar e falar: “Na minha defesa, eu posso usar o que está na lei, independente da classe” e isso há uma jurisprudência até ele ganhar lá na frente essa defesa. Então, só uma observaçãozinha deve ser colocada, no meu entendimento nem deveria ter essa palavra aqui, “independente da classificação”. Ela só tem um adendo: após esse artigo, que se atenda

também à Resolução Conama, conforme a classificação federal. Só isso já daria um entendimento, já amarraria para que alguém não possa praticar uma irregularidade, mas é só uma observação. Nós estamos numa audiência pública. Ele não está contra o almejo de qualquer pessoa aqui. Aliás, estamos todos buscando alternativas. Sempre fui um defensor, para que o pessoal que trabalha no transporte de resíduos buscasse essa alternativa correta e adequada, na deposição desse material; e a gente infelizmente, infelizmente a fiscalização vai ter que estar agindo, para coibir quem não atender a essa legislação, a essa PL que vai se transformar em uma lei e vai contemplar todo mundo aí que está tentando buscar essa alternativa há muito tempo. A fiscalização é só para isso, atender e coibir à ação irregular de alguns, infelizmente de alguns colegas que tentam tirar vantagem, e aí colocam todos... Os colegas aqui trabalharam, sempre tentam buscar alternativa no mesmo barco. Então, essa audiência é para a gente buscar essa alternativa; e eu sei que vamos buscar, porque a iniciativa da mesa, dos Vereadores aqui e de alguns colegas, isso sim, foi relevante.

Contem com a Guarda Civil. Estamos juntos para tentar ajudar. Eu sei que há congruências, divergências contra a ação da Guarda Civil.

- Manifestações fora do microfone.

NÃO IDENTIFICADO – Essa já é uma questão interna aqui. Os senhores sabem que nós temos Corregedoria e temos outros órgãos, para saber(?) ação individual de alguns colegas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Peço que não haja manifestação, senão não há condições de nós seguirmos a audiência pública.

Por gentileza.

NÃO IDENTIFICADO – Quem conhece a minha atuação na área de M'Boi, em todas as áreas de São Paulo, eu fui um dos criadores da Guarda Ambiental. O nobre Vereador Ricardo Nunes foi quem o pontapé. Quem sabe como eu atuo, eu sempre fiz operação em M'Boi Mirim, a atuação é diferente. Se houve alguma arbitrariedade, algum desvio, existem meios para coibir isso aí, e a função da Guarda é coibir quem não trabalha certo e apoiar os

senhores aqui, que estão buscando as alternativas corretas e adequadas. Esse é o nosso entendimento, e podem contar com a Guarda Civil para essa ação conjunta com os senhores. A gente tem que dar todo apoio. Sempre demos apoio nessa condição: cumprir a legislação. Obrigado e podem contar conosco para buscar alternativas relevantes à questão ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Agradeço a manifestação do Comandante. Aquelas pessoas que têm essa divergência, o Inspetor Carlos Bento da Silva coloca-se à disposição, para receber essas denúncias com relação a algum questionamento.

Tem a palavra o nobre Vereador Alfredinho, um dos autores desse projeto.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão e todos os demais Vereadores. Quando essa discussão começou, é claro que a gente não pode desprezar a importância que tem os caçambeiros na cidade de São Paulo, e também não pode deixar de olhar os vários problemas, como a questão dos entulhos, que não trata nem dos caçambeiros, que trabalham normalmente, mas de alguns que são caçambeiros. Não sei nem se são caçambeiros. Trabalhavam de forma ilegal. Falo daqueles entulhos jogados nas ruas. Nós não podemos misturar essas pessoas que trabalham assim com as que trabalham certo, correto.

A iniciativa, o projeto do Executivo, quando veio na época, quando discutimos aqui, a ideia de a gente apresentar esse projeto com vários proponentes que estão aqui, por exemplo, era para achar saídas, para melhorar aquilo que o Executivo propunha naquele período, naquela oportunidade que a gente chegou a debater. Foram discussões que levaram mais de um ano, se não me falha a memória. Nós aqui agora, estamos retomando essa discussão. Foi um projeto também discutido com os senhores. Um projeto de lei só fica bom quando aqueles que são os responsáveis pelo serviço participam, porque nós, Vereadores, por mais que queiramos, não conhecemos a realidade total de uma categoria. A gente não conhece. Há detalhes que só a categoria conhece. Então, nós procuramos fazer isso, e essa audiência pública tem essa finalidade, de achar propostas. Aqui nós podemos fazer

substitutivos e emendas, o que for possível, para que saia desta Casa um projeto que venha atender a todos os senhores e também ao Executivo. O Executivo tem interesse em melhorar a qualidade dos serviços. Então, essa é a ideia.

Parabéns aos senhores pela mobilização. Todas as vezes em que os senhores vieram aqui debater, foi bastante presente a atuação dos senhores. A finalidade é melhorar esse projeto e sair desta Casa uma proposta de lei que venha resolver o problema do entulho na cidade de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado.

Peço à Assessoria que apague as luzes aqui do plenário, para que a gente possa ver a apresentação.

Tem a palavra a Sra. Sílvia Brunelli.

A SRA. SÍLVIA BRUNELLI – Enquanto posicionam, quero dar um bom dia para todo mundo. Como os Vereadores já disseram, agradeço a presença de todos aqui, porque sem a presença dos senhores, nós não conseguiríamos ter parado os abusos que nós paramos desde julho de 2015. Então, nós já estamos há quase dois anos nessa luta, e peço que cada um desse uma salva de palmas pela iniciativa. (Palmas)

Para alguns Vereadores que não nos conhece, nós já estamos nessa batalha há quase dois anos. Nós queremos mostrar que o Poder Público é que tem que se adaptar à resolução que ele mesmo criou, porque nós estamos adaptados. O prazo tem que ser dado não para nós, mas para o Poder Público se adaptar; e nós vamos mostrar.

Podem passar para o próximo *slide*.

Então, esses são os pontos que nós vamos falar rapidinho. Tudo começou com a resolução 58, que resolveu implantar o CTR *on line* de uma forma equivocada. Diz lá, no artigo 1º, no seu parágrafo 1º, que os resíduos sólidos da construção civil apenas serão embarcados nessa lei. Aí nós temos um problema seríssimo. Diz lá, na lei municipal 14.803, que, para o efeito do disposto dessa lei, ficam estabelecidos as seguintes definições. Para efeito de

disposto nessa lei, ficam estabelecidas as seguintes definições: Resíduos da construção civil são os resíduos provenientes de construção, reforma, reparo, demolição de obras de construção civil, os resultantes da reparação de escavações de terrenos, tais como, tijolo, bloco, cerâmicos, concretos em geral, solo, rocha, metal, resinas, cola, tinta, madeiras, compensados, forro, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulação, fiação elétrica etc., comumente chamado de entulho, devendo ser classificados conforme a legislação federal específica.

Então, tem que obedecer à legislação federal e não resoluções.

Enfim. Vamos lá. Aí começa todo nosso problema. O nosso problema começa quando o Poder Público quer, literalmente - Srs. Vereadores isso é extremamente importante - varrer para baixo do tapete o maior problema da Cidade de São Paulo. Eles dividem os servidos em dois tipos de caçamba. Quais de vocês aqui já viram caçambas azuis? Então ninguém. Sabem porque? Porque a AMLURB criou dois cadastros. O cadastro da caçamba branca que fica na rua, todos podem ver, onde só podem colocar aqueles resíduos que eles chamam de limpo. Como sabiamente o nobre Vereador Adilson chamou de filé mignon. Só isso que pode naquela caçamba. Mas quando você coloca isso na obra o gerador não sabe disso. Então ele joga ali pedaço de maneira, plástico vidro, fios, gesso. Ele joga tudo, porque ele não sabe disso. Só que ele não poderia. Porque apenas na tal da caçamba azul que tem de ficar escondida, literalmente, dentro da obra. Ela não pode ficar em via pública, nem em calçada. Ela tem de ficar dentro obra. Aí pode colocar madeira gesso e tal. O CPR online serve só para caçamba branca, porque o Poder Público não tem onde jogar gesso, madeira, tudo isso que eu li aqui. Ele fala assim para o caçambeiro: “Caçambeiro, pega sua caçambinha azul que não precisa de CPR some com ela. Eu não quero saber onde você coloca...” (Palmas)

Ai a caçamba branca que está limpinha; “Ah essa você pode por no aterro eu quero CPR”. Então é mentira a CPR online. É mentira. Não está sendo preservado o Meio Ambiente. Sabe por que eu visto o CPR online? Agora os senhores ficaram surpresos. Na Lei 12 305 no

Art. 19 diz que Governo, o Município só vai receber verba federal quando tiver o CPR online. Estão doidinhos para querer dinheiro do Governo Federal. É só para isso. (Palmas)

Eles querem empurrar goela abaixo da categoria e do Município de São Paulo o CPR online que só recebe o que eles querem para eles poderem mentir para o Governo Federal e dizer que eles têm aqui o controle. Eles não têm controle nenhum. Realmente o que contamina, eles querem que vocês sumam com isso. Esse é um dos cadastros de resíduos sólidos.

Próximo.

Ai temos a caçamba branca que todos podem ver e a caçamba azul. Onde está a caçamba azul? Essa é a caçamba azul que não tem numeração. Não tem controle, não tem coisa nenhuma.

- Apartes fora do microfone. (reinicie o programa)

A SRA. _____ - Volta na caçamba azul. Essa é caçamba azul que ninguém nunca viu. Ela fica escondida.

Sabe qual a pergunta que faço para vocês a todos presentes? Eu moro em um apartamento, no meu apartamento não existe uma área de garagem. Não existe nem pátio e nem garagem. Sabe aqueles apartamentos que já estão na porta? E eu quero fazer uma reforma na minha casa, onde coloco a caçambinha azul? Não tem onde por. E faz como? Coloca na branca e aí a branca fica nas mãos deles e eles não tem onde descartar. Entenderam a gravidade da história? É muito grave. Eles querem esconder o lixo literalmente. Some com isso daqui.

Agora quero mostrar para vocês isso daqui foi o que aconteceu ontem dia 13 de março de 2017 no aterro Riuma... Para aí !!

Quando uma das empresas quis descartar uma caçamba que tinha 20% ,não tinha mais do que isso, além dos resíduos que estão os resíduos que eles atendem. Olha só como eles são humilhados no aterro.

Pode passar.

Isso aqui que a gente fala e a AMLURB diz que não existe.

A Rilma diz que não vai devolver para caçamba.

Foi ontem, tá Evaldo? Foi ontem, Davi, tá bom? (Pausa)

Vamos fazer silêncio que tem áudio.

- Apresentação audiovisual.

A SRA. SÍLVIA BRUNELLI – Olha lá, devolvendo todo material pra caçamba. Aí eu pergunto, Amlurb, ele faz o que pra dar baixa, joga isso aonde, Amlurb? Aonde?

- Manifestação dos presentes.

A SRA. SÍLVIA BRUNELLI – E não foi só uma, foram duas. Vai devolver mais, tem outra lá.

- Apresentação audiovisual.

A SRA. SÍLVIA BRUNELLI – Pronto, aí devolve. E põe aonde Amlurb? É só isso que a gente quer saber. Não dá baixa na CPR, toma multa e é descredenciado, Amlurb? Então, esse é o dia a dia do caçambeiro.

- Manifestação entre os presentes.

A SRA. SÍLVIA BRUNELLI – Isso é o que vocês dizem em todas as reuniões e não acontece! A gente só falou assim: vai lá amanhã, com uma pra gente ver... Então, isso acontece o tempo inteiro, todos os dias da vida deles. Por isso eles não querem mostrar o CPR. Entendam isso! Entendeu o problema? É muito bonito no papel, gente, no dia a dia não funciona.

Vamos lá, a Odebrecht. Não recebe, não recebe – e olha a rua onde estavam – não recebe gesso nem madeira. É isso, gente, esse é o dia a dia de vocês. Essa é a caçamba que retiram todo dia da rua, é assim que o gerador faz. A gente precisa começar a ver o gerador. É isso que o gerador faz, joga de tudo. Olha o tamanho da borda que ficou essa caçamba! E se

não tirar em três dias da rua, a multa não é pra ele, não vai para o gerador, ele só tem dias pra deixar na rua, ele não pode deixar lá, não. Se não, a CET passa lá e multa; se não, o CGM passa lá e bate nos caras, bate. GCM, bateram no Seu Lima, CGM! Sabia disso? Bateram no Seu Lima, o Seu Lima, com seus cabelos brancos, nem assim ele foi respeitado. Ele foi violentamente espancado.

A gente tem aqui o caso da Silvana, da MB. Nós apresentamos um processo na corregedoria. Sabem o que aconteceu até agora? Nada!

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SÍLVIA BRUNELLI – Além disso, quebrou o caminhão e ela teve prejuízo de sete mil reais pra reparar o caminhão. E o poder público não está nem aí, todo prejuízo é pra ele.

Aí a gente tem o problema da colocação das caçambas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Isso aconteceu quando?

A SRA. SÍLVIA BRUNELLI – Mais ou menos em outubro do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Ano passado! É bom deixar clara a colocação, inclusive o decreto que vem sendo apresentado, tudo diz respeito a esse passivo que está acontecendo com relação a essa questão.

A SRA. SÍLVIA BRUNELLI – Mas o problema continua.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Um momentinho. É bom deixar claro que o atual Governo está aqui pra dialogar. Nós assumimos recentemente. Agora, não dá pra misturar!

- Palmas.

A SRA. SÍLVIA BRUNELLI – Presidente, a nossa esperança é justamente essa, é que a nova Gestão venha nos ouvir de uma forma melhor, por isso estamos aqui! (Palmas)

Vamos lá. Outro problema muito grave que nós temos é o decreto municipal assinado pelo Prefeito José Serra, que está em vigor e isso é extremamente importante, quero

que os Vereadores novos que não conhecem a matéria atentem. A caçamba tem um lado maior, mais alto, e um lado mais baixo, aonde as pessoas colocam o entulho. O lado mais baixo deve e fica, em todos os municípios do Brasil, do lado do leito carroçável. Ou seja, imaginem que isso aqui é a caçamba e aqui está o carro, o lado mais baixo fica aqui. Isso porque a engenharia do caminhão que transporta a caçamba foi projetada para colocá-la assim. Aí alguém na gestão Serra, extremamente inteligente, falou assim: gente, vamos virar a caçamba ao contrário para o pessoal, quando bater na caçamba estacionada na rua, não bater no lado mais baixo e morrer! Que legal, quantas pessoas morreram? A CET falou: nenhuma. Esse é um decreto de 2005. Todos os dias os motoristas de 1.183 empresas viram no braço 600 quilos de caçamba, por dia, 20 vezes. A cada três meses esses motoristas entram no INSS com problema sério de coluna porque ninguém aguenta virar 600 quilos, 20 vezes por dia! (Palmas) Ninguém aguenta! Esse decreto fere a consolidação da lei do trabalho, onde diz que funcionário tem de ser tratado com humanidade. Eles não estão sendo tratados com humanidade porque o setor público determina que virem na mão.

Sabem o pior? Não para ai, Vereadores. Aí o gerador vai colocar o lixo na caçamba, o resíduo. Aí a caçamba passa de 500 quilos para cinco toneladas, e obviamente não dá pra virar na mão. Aí o decreto os obriga a estacionar o caminhão na contramão pra retirar, e sabem o que o GCM faz? Multa! (Palmas) Multa com base em decreto municipal que determina que as empresas firmam a consolidação das leis do trabalho, obrigando o trabalhador a esforço sobre-humano; ferem a Constituição Federal quando obriga o funcionário a passar por condição humilhante no trabalho; e ferem o Código Brasileiro de Trânsito quando obriga a empresa a colocar o caminhão na contramão.

Temos um caso importante da Simone, o filho dela quase foi atropelado quando colocou o caminhão na contramão. Estava na contramão, foi descer e quase foi atropelado. É isso que vocês querem?

Aí a Amlurb fala, se a CET deixar a gente muda. A CET disse, não, não vai deixar.

Sabe o que acontece? Não tem ninguém que bateu na caçamba, ninguém morreu! Mas quantos motoristas estão no INSS e hoje estão inválidos para o trabalho? Centenas de pessoas ficaram invalidas por causa dessa lei, e ninguém morreu como a CET disse que iria morrer.

Gente, por favor, coerência aqui nesta Casa! Coerência quando leis desse tipo forem aprovadas. (Palmas)

Tenho só cinco minutos, vou ser breve.

Então, os nossos problemas: não há destino final pra todos os resíduos da construção civil, os aterros – como mostrado no vídeo – devolvem quando o entulho não está limpo. Foram criados dois cadastrados para enganar a população e para enganar o Governo Federal só pra receber aquela verba milionária...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Só uma coisa, quando você está falando “enganar” você está fazendo uma acusação extremamente séria.

A SRA. SÍLVIA BRUNELLI – Mas é verdade!

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Um momentinho. Ela vai ser implantada, mas já está falando que a Prefeitura de São Paulo está enganando...

A SRA. SÍLVIA BRUNELLI – Ela já está implantada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – É bom deixar caracterizada essa questão, eu acho que não é isso. Você vem falando a respeito da exposição de governos anteriores, é bom deixar claro. A exposição levantada de 2010, todo esse problema que tem...

A SRA. SÍLVIA BRUNELLI – Sim, a legislação é de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – É bom que lembrem que estamos há dois meses e pouco. Não é?

A SRA. SÍLVIA BRUNELLI – Sim, por isso estamos mostrando o problema.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Na realidade, o Evaldo depois vai fazer uma exposição. É bom deixar claro que não existe essa questão de enganação, você já está

colocando coisas eu não estão acontecendo. É bom deixar claro. É uma acusação perigosa o que você está falando.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Você está falando que o cadastro está sendo criado...

A SRA. SILVIA - Já foi criado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - De forma a ludibriar. Isso é um cadastro experimental, a primeira coisa. E depois, o Evaldo vai explicar. Mas é bom deixar claro o que se fala aqui no plenário...

A SRA. SILVIA - Presidente, eu pedi que o Ministério Público estivesse aqui para tomar ciência do crime e pudesse tomar as medidas cabíveis. O Ministério Público não veio.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Eu acho, Silvio, que você deveria fazer uma ação junto ao Ministério Público, eu acho que tem de estar caracterizado. Falar aqui em público que existe a intenção de ludibriar, acho que não é adequado. Gostaria de deixar clara essa questão. Gostaria de deixar claro. Essa administração de maneira nenhuma está aqui para ouvir vocês, está deixando a Dra. Silvia falar, estamos abrindo a palavra a todos. E viemos aqui buscar o entendimento, mas não aceitamos essas difamações que estão sendo colocadas.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Um momento. (Pausa). Não, não é isso.

- Tumulto.

O SR. ADILSON AMADEU - Presidente, permita-me, o amigo de azul, vamos fazer o seguinte. Estamos aqui nesse trabalho árduo, tentando ver o melhor para os senhores. Aqui não tem militarismo. Não venha você falar nada disso!

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ADILSON AMADEU – Menos, para que a gente saia no sucesso. O bom para você tem de ser o bom para todos. E a Dra. Silvia faz o seguinte: tudo que ela falou, como o procurador Vinício não veio, você faça um resumo, pegue assinatura de todos, já são mais de 200 e já faz uma representação, o correto. Agora, o colega tem a posição dele, deve ter empresa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ADILSON AMADEU – Todos estão sofrendo, mas vamos ver o melhor. A posição é muito clara. Eu não tenho procuração desse governo, nem do outro eu tinha, mas sempre quis resolver da melhor maneira possível.

Esse governo está há 60 dias, eu vou até perguntar do Evaldo. O Evaldo é de carreira.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ADILSON AMADEU – Você foi contratado agora?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ADILSON AMADEU – Já vou perguntar para você e depois não pergunto mais nada. O que o (?) paga de caçamba? Quanto o vocês pagam para levar as caçambas nos aterros?

O SR. - Nós subsidiamos um terço do valor da tonelada. A prefeitura subsidia um terço do valor da tonelada para levar nos três aterros contratados pela prefeitura, licenciados pela prefeitura.

O SR. ADILSON AMADEU – Tem o valor específico?

O SR. - Cada um deles tem.

O SR. ADILSON AMADEU – Eu vou oficializar isso porque vou querer saber.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vou pedir para a senhora concluir, porque na realidade temos um horário para entregar aqui e temos várias pessoas que gostariam de falar, por gentileza.

A SRA. SILVIA – Eu pedi 20 minutos e vocês discutindo pegaram meu tempo. Então, vamos lá. Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de esclarecer que evidenciei que essa foi uma medida do governo Serra. Eu falei isso mais de uma vez aqui, ninguém falou que é dessa gestão. Não é? Exatamente, mas acontece que o decreto ainda não foi revogado.

Enquanto ele ainda não for – e é por isso que estamos pedindo para a gestão nova revogar e parar o nosso problema. Eu tenho de mostrar o problema para apontar a solução.

O próximo problema: as caçambas são obrigadas a estacionar do lado contrário da engenharia obrigando o caminhão a infringir o Código de Trânsito para a retirada da caçamba cheia e desrespeitar a Consolidação das Leis do Trabalho obrigando o funcionário a virar 500 quilos no braço.

Vou apontar soluções: unificação dos dois cadastros até que recebam 100% dos resíduos em número suficientes, um em cada zona da Cidade. Isso é o prazo que a gente pede da CTR entrar em vigor o prazo que a gente pede para o Governo, não para nós. Estamos tranquilos, a gente só precisa de lugar para descartar.

Três: a desburocratização para que possamos abrir as nossas ATTs. Para quem não sabe, ATT é Área de Triagem e Transbordo, são áreas particulares e não são obrigadas a receber o entulho de nenhuma outra pessoa, só delas mesmos. No Município de São Paulo não temos o CNAE para tirar o alvará de funcionamento. E como é que o pessoal que tirou tem? Porque na época que eles tiraram, na época das antigas máquinas de escrever, e existe lá datilografado no rodapé: “esta área se destina a ATT”. Mas as novas que tentam tirar não conseguem porque uma aprovação na CTLU demora cinco anos e no CNAE da Subprefeitura ou Prefeitura Regional, não existe CNAE para esse tipo de atividade. Então, não dá para tirar novas ATTs. Se desse para tirar novas ATTs, o que eles fariam? Eles separariam o lixo que o aterro recebe e levaria para lá e o que ele não recebe – gesso, madeira – eles iriam reciclar e vender. Seria melhor dos mundos, mas eles burocratizam para impedir que as ATTs funcionem.

Essa é a minha pauta, a pauta da categoria. Mais uma vez quero agradecer e novamente falar com o Presidente. Nós estamos mostrando problemas da gestão passada para ver se esta gestão resolve o nosso problema.

Qual relação? A gente tomar uma providência? A legislação é de 2005. Estamos em 2017, já houve uma prescrição. Eu só entrei para a categoria em 2015. Então, não tinha como eu tomar alguma providência, por isso que pedi a presença do Ministério Público, porque ele tomando ciência de que existe uma lei que manda que eles cometam crimes, eles teriam a legitimidade de tomar alguma medida, mas, infelizmente, o Ministério Público não está presente aqui.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. Só lembrando a Dra. Silvia que esse decreto é desde 2010, então, está há seis anos em vigor. Só para lembrar que já deveria ter uma declaração de inconstitucionalidade, uma representação junto ao Ministério Público. São seis anos que esse decreto está em vigor. Só para lembrar.

Vamos ouvir o Sr. Evaldo Azevedo, representante da Amlurb.

O SR. EVALDO AZEVEDO – Senhores, só queria salientar uma questão. Desde o início da nossa gestão já tivemos mais de 15 reuniões com os representantes das entidades dos senhores lá na Amlurb. Só o Presidente recebeu cinco vezes os representantes. Nós fizemos mais 10 reuniões com todos justamente para tentar diminuir essas questões.

Eu vou pedir ao Davi para apresentar o que já propomos até agora, inclusive de alteração do decreto, para tentar fazer com que a gente saia daqui com uma questão definitiva a respeito não somente do CTR, mas também do PL 03.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de passar a palavra ao Sr. Francisco Pereira Lima. Não vai falar?

O SR. FRANCISCO PEREIRA LIMA – Eu vou pedir para o Davi que é nosso Gerente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Para o Davi explicar. Ok.

Tem a palavra o Sr. Davi.

O SR. DAVI – Bom dia a todos.

A Administração Pública obedece aos ritos legais. Só podemos fazer o que a lei permite. Estando na lei a gente faz. Como o Evaldo falou, fizemos várias reuniões com a categoria e tem um consolidado do que foi discutido. Com relação ao cadastro duplo para enganar a população, aquela coisa toda, eu tenho que falar sobre dois decretos. A Amlurb obedece aos Decretos 45.694, 46.594 e ao 46.668.

Sobre os cadastros duplos, tem o cadastro para transportador de resíduos inertes, e outro para transportador de resíduos sólidos; obedecendo aos Decretos 45.668 e 45.694. Mas esse é o problema, porque, na época, em 2005, foi tratado como inertes. A solução – e a gente já conversou sobre isso também – não é nem unificação, é só tratar o inertes como resíduo da construção civil, que já abarca todas essas situações: madeira, gesso, principalmente as mudanças, que vão acontecendo ao longo do tempo. Então, isso era um acordo já feito, embora tenha sido exposto aqui novamente. Mas, tudo bem.

Sobre a descarga do RIUMA, é aquilo que o Comandante falou: “Existem bons e maus funcionários”.

- Manifestação na plateia.

O SR. DAVI – Estou há 30 anos trabalhando na Amlurb, já fui balanceiro e sei como é. Não sou de cadeira só. Então, nós fomos até lá e não identificamos esse problema naquele dia. Nós temos que sanar esse problema, é óbvio. Há um contrato por trás disso, e eles têm que respeitar o contrato. Isso será visto, com certeza, pela diretoria, pela administração.

Com relação à posição da caçamba, está no Decreto 46.594, e essas alterações, não só no Artigo 20, mas no Artigo 18, tem o aumento dos dias da caçamba na rua, enfim. Todos esses pedidos, como posição da caçamba, as faixas reflexivas, também pintura retrorreflexiva, já estão sendo encaminhados, são propostas que estão sendo atendidas.

Das 75 horas, pediram para que ampliasse, e serão três dias, exceto sábado, domingo e feriado. Sobre a posição da caçamba, já falei que não depende só de Amlurb. A documentação para abrir uma ATT, isso está limitado, como está no Decreto 46.594, no Capítulo 4º, Parágrafo I, falando que precisa ter uma filial dentro de São Paulo, caso a ATT seja fora de São Paulo. E para as áreas dentro de São Paulo, seja a transportadora ou área de destinação, precisam obedecer aos ritos legais, tendo Alvará de Funcionamento. E não é a Amlurb que tem essa prerrogativa, e sim a Prefeitura Regional que emite os documentos legais.

O cadastro na Amlurb é muito simples, os documentos exigidos. Agora, para instalar uma área em determinado local tem de respeitar a Lei de Zoneamento, enfim, nós só cumprimos a lei. Se a lei estabelece essa facilidade, para melhorar, com certeza a gente vai fazer, pois a gente está aqui para cumprir a lei.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. Só para lembrar, nós recebemos agora a confirmação que vai estar presente o Vereador Ricardo Nunes, o Vereador Adilson e outros Vereadores juntamente com dois representantes da entidade de vocês na presença do Secretário Bruno Covas. Está confirmado para quinta-feira, só falta adequar a agência de ambos.

O Governo está aberto para a discussão. Como disseram os representantes da Amlurb, já houve dez reuniões, já está avançado, mas precisamos discutir. Essa questão experimental que foi abordada não é para valer; já saiu um decreto e, a partir de amanhã, começarão as diligências. É claro que é tudo uma questão de experiência para adequar, ver o que está acontecendo e o que pode ser melhorado.

Vamos deixar de olhar para o retrovisor e vamos imaginar que estamos há apenas

57 dias na Prefeitura de São Paulo. Nós estamos com muitas coisas pendentes, até de 2005, antes até da Administração anterior.

É claro que vocês têm a necessidade de resolver os problemas do dia a dia, e esta audiência foi feita para isto: para ouvir todos vocês. No entanto, não podemos receber o carimbo de que nós não conversamos e de que nós queremos colocar coisas goela abaixo. Muito pelo contrário. A demonstração dos representantes da Prefeitura é nesse sentido, assim como é a posição dos Srs. Vereadores Ricardo Nunes, Adilson Amadeu, Gilson Barreto, Isac Felix, Rodrigo Goulart, Rodrigo Gomes e a do representante do Vereador Ota. Então, vocês estão muito bem representados.

A nossa ideia é buscar efetivamente uma solução, porque ninguém mais aguenta o descarte ilegal, que carimba justamente vocês que são legalizados, que seguem a lei.

É esta a nossa proposta, a do Governo João Doria. (Palmas)

O SR. ADILSON AMADEU – Corroborando a fala do nobre Vereador Aurélio Nomura, graças a Deus a cidade de São Paulo, mesmo com as dificuldades, tem empresas trabalhando. Algumas coisas precisam ser acertadas, mas o comando da Guarda Civil Metropolitana, juntamente com o CET e com a Polícia Militar, uma hora precisa marcar um encontro com esses profissionais para que as coisas fiquem mais acertadas. O passado já passou e agora é hora de fazer o novo.

Já pedi ao nobre Vereador Ricardo Nunes que, se possível, levasse os amigos da Amlurb para um encontro com o Secretário Bruno Covas. Falo isso porque esses três aqui são dono de São Paulo.

- Manifestações no recinto.

O SR. ADILSON AMADEU – Municípios vizinhos e coisa parecida. Aí, quando tem que entrar o Aracati, da zona Sul, e o Lumina... Seria muito importante. Só que esses três são braço de ferro e não deixam entrar mais ninguém. Isso sou eu, Vereador Adilson Amadeu, quem está falando. Algum vidente me falou...

- Manifestações no recinto.

O SR. ADILSON AMADEU – Eu recebo sim. E aí, se nós vamos fazer, se o projeto vai sair do jeito que São Paulo merece, que eles merecem, que dê condições para o cidadão trabalhar, nós precisamos saber o porquê eles não estão em funcionamento.

Então, Vereadores Ricardo Nunes, Alfredinho, Gilson Barreto, já que vocês conhecem profundamente, eu acho que nós precisamos escutar um pouquinho eles.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Com certeza. Feitas as observações, o Vereador Presidente desta Comissão, Jair Tatto, está presente entre nós também. E sem mais delongas eu pediria para que todos fossem concisos, porque já precisávamos ter entregado este salão.

Então peço à Sra. Simone do Amaral, Presidente da ABTR, que utilizasse a palavra por dois minutos, porque temos várias pessoas inscritas. Tem a palavra.

A SRA. SIMONE DO AMARAL – Em primeiro lugar, agradeço a todos vocês que estão aqui lutando pelas suas empresas.

- Manifestação na plateia. (Palmas)

A SRA. SIMONE DO AMARAL – Em segundo lugar, quero agradecer ao Vereador Ricardo Nunes, nosso padrinho e parceiro, e o nosso Vereador Adilson Amadeu, nosso guerreiro. Quero agradecer ao Vereador Alfredinho e todos que compõem a Mesa, Vereador Gilson Barreto.

Quero pedir um prazo, sei que o Bruno vai nos ouvir, mas não é um prazo para a categoria. Eles estão prontos para cumprir a lei, mas uma lei que seja boa para ser cumprida e não uma lei inexecutável. Não tem como cumprir essa lei e a doutora explicou vários pontos que afetam a Constituição. Então não tem como cumprir.

Há 17 itens aqui que foram discutidos nas quatro reuniões com a Amlurb. E o

Presidente da Amlurb esteve presente só em uma, a primeira, e depois passou para o Evaldo. E a categoria, o sindicato, as associações...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SIMONE DO AMARAL – Não, com a gente, Evaldo. Você pode ter tido reunião com o aterro, mas com a categoria foram quatro reuniões na gestão de vocês.

Então é muito complicado dizer, talvez a doutora excedesse em falar algumas palavras, mas a maioria é verdadeira. Não estamos dizendo que estamos enganando – isso não concordo -, mas há uma coisa muito importante, o que fizeram antes está afetando hoje.

- Manifestação na plateia. (Palmas)

A SRA. SIMONE DO AMARAL – E nós empresários compomos com os Vereadores para nos ajudarem. Eles precisam mudar isso.

Então se aqui tem uma coisa óbvia: são os 17 pontos que têm que ser mudados, porque implantar uma lei amanhã para descobrir o que está errado. Aqui já está patente o que está errado e que a categoria precisa de mudança.

- Manifestação na plateia. (Palmas)

A SRA. SIMONE DO AMARAL – E não está em nossas mãos, está em suas mãos. Nas mãos da Amlurb, do Vice-Prefeito Bruno Covas, é ele que precisa mudar. Ele precisa se inteirar do que está acontecendo.

Preciso falar uma coisa muito importante: a caçamba não fica em cima de calçada. A caçamba fica na via pública. Então precisamos entender desde o início, quando uma caçamba é contratada até onde é descartado. Foi apresentado aqui e é muito difícil eu repetir por que nem há tempo.

Então é o que pede a categoria, a ABTR e a ARTESP. Deixo aqui o nosso protesto e ao mesmo tempo o nosso pedido para os Vereadores que estão nos apoiando, para a Amlurb e para o Bruno Covas. Deem tempo para vocês se adaptarem. Se adaptem a todos os itens que foram mencionados aqui, seja decreto, lei, precisa mudar antes de nos imporem essa lei.

Todo mundo quer o CTR online. Todo mundo quer porque vai valorizar a categoria, Sr. Presidente da Mesa. Vai valorizar nossa categoria, mas tem que ser uma coisa que o empresário não prejudique seu funcionário.

Então é muito importante, de tudo o que foi conversado, é muito importante que vocês prorroguem, não para a categoria, mas para vocês. É muito, muito importante, Ricardo, por favor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de passar a palavra ao Sr. Francisco Pereira Lima, Presidente da Associação dos Transportadores de Terra e Entulho de São Paulo.

FRANCISCO PEREIRA LIMA – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a Mesa. Tenho que fazer justiça. Estou até com as assinaturas dos meus amigos Vereadores Alfredinho, Ricardo Nunes, guerreiro, que está nessa luta, Adilson Amadeu, Gilson Barreto, Jair Tatto, que está presente, Jonas Camisa Nova – que não está presente, mas acho que daqui a uns 2 meses poderá estar – e todos os que estão na Mesa. O Evaldo tem se esforçado, o Davi, o Bento, Presidente da GCM. Eu o conheço há uns 6 anos. Os episódios que aconteceram não foram na gestão dele. Foram coisas mal explicadas da gestão passada, o Vereador Alfredinho até tomou conhecimento; mas as coisas mudaram muito, e hoje a fase está bem melhor, muito melhor, graças a Deus. E o Bento é uma pessoa do bem, sempre foi, e enquanto ele estava no comando nada aconteceu contra a nossa categoria, ela vivia muito bem com a GCM Ambiental e com a Guarda Civil Metropolitana.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. FRANCISCO PEREIRA LIMA – Não; graças a Deus, não. (Palmas) Eu sempre respeito as instituições constituídas. Temos duas associações: a ABTR e a Attesp. Temos também presentes os amigos como o Hilário e o Vicente, que são da terraplenagem. Temos também o Clodoaldo Silva, Presidente do Sieresp, sindicato que representa boa parte

da categoria. Então, vamos fazer justiça a todos os que estão presentes, que estão lutando pela mesma causa.

Também quero fazer referência a uma pessoa extraordinária, que é o Deputado Vanderlei Macris, com 11 mandatos. O representante dele está presente. Até se puderem chama-lo à Mesa para se apresentar para a categoria, seria um gesto de respeito ao deputado que está em Brasília.

Respondendo às gravações do Bruno Covas no Rádio Estadão, fiquei um pouco pasmo. O Bruno é meu amigo, eu o considero como amigo. Eu pedi uma reunião através do Deputado Vanderlei Macris, antes que ele assumisse, para levar o problema que já estava na Amlurb sendo discutido. Eu lhe disse que o problema é sério, que a situação é complicada. O CTR Eletrônico, bem implantado, é bom, mas do jeito que está é péssimo, não tem como cumprir. Sobre os canais de comunicação, do que o Bruno falou, a única coisa de que discordo é o seguinte: todos vocês sabem que o descarte daquele cata bagulho não é dos caçambeiros, que descartam irregularmente. Todo mundo sabe disso desde muito tempo.

Os caçambeiros hoje não são loucos de descarregarem caçambas em vias públicas, onde há um monte de gente com celular. Uma multa custa 17 mil reais! (Palmas) Venho falando desde a gestão passada, e o Vereador Alfredinho é testemunha disso, que o descarte irregular é feito por pessoas que não têm como contratar uma caçamba porque não tem dinheiro para isso. Então, os Ecopontos foram feitos nos lugares errados, porque não ouviram a categoria, não ouviram as pessoas que têm conhecimento das coisas. Os Ecopontos deveriam ter sido feitos em lugares com comunidades pobres, porque o pobre não vai pegar um carro - até porque nem tem um carro - para levar o entulho aos Ecopontos. Então, esses Ecopontos vão atender aos ricos, que têm uma picape ou outro carro. Ou seja, não se atingiu o objetivo social, que era para ser atendido. Isso não vem desta gestão, mas de gestões anteriores. (Palmas)

Nesta gestão, eu acredito que as coisas devam melhorar. O Evaldo está com muita

boa vontade. O Sr. Edson Tomaz de Lima me recebeu, sim, uma vez, a mim e à Simone. Mas ele não sabia, estava tomando conhecimento das coisas. O Crispim e o Evaldo estão com muita boa vontade. Eu digo: Prefeito João Doria, o senhor já fez muitas coisas boas, como acelerar a Marginal. Parabéns. Por essas coisas que o senhor está fazendo, de melhorar calçadas e hospitais, parabéns. Mas olhe para essa categoria.

O senhor falou que ia trabalhar pelos mais simples e nós somos os mais simples. Cada empresa aqui tem três caminhões ou dois caminhões. São empresas familiares, empresa que o pai trabalha, trabalha o filho, a nora, o genro, mas não vamos tirar o pão dessas pessoas. O CPR da forma que está sendo vai acabar com as nossas empresas. Oitenta por cento vai ficar no mercado. Vão ficar 20% das empresas grandes porque o CPE eletrônico, dentro da forma que está sendo feito, sem ter apoio do (ininteligível) final nem as ATTs que deram transbordo, hoje não vão mais sobreviver. Por quê? Eles mantêm o destino (?) final. Quando eles receberem o nosso material, aí não vai ter destino final. Quando o Bruno fala, mas não está aí nos aterros, o madeirame está chegando nos aterros. Não está chegando nos aterros, 50% está chegando nos aterros, 50% está ficando nas ATTs, 50% do entulho, vamos dizer assim, as ATPs é obrigada a separar os materiais porque os aterros não querem, só querem o filé e levar pelo privado. O (ininteligível) privado não aparece na conta do Município, aí a Prefeitura acha que está indo Polícia. Porque a ATT não é o destino final, a ATT é para fazer triagem, a ATT é para atender a lei 2.305, que pede para que as pessoas reciclem, mas depois que elas reciclam, elas não podem levar madeira no lugar certo. Depois que elas reciclam, não podem mais levar o papelão no lugar certo. Depois de montar o setor eletrônico. Então, está indo na contramão da história? Da lei 2.305. Então, não dá.

As empresas hoje, gente, 80% da Cidade de São Paulo, dos comércios e tudo, não tem alvará de funcionamento. Nossas empresas com dois caminhões são obrigadas a ter. É obrigado a ter uma sala, não tem essa sala. Nós precisamos de um (ininteligível) registro para transferência de carga do basculante. E muitos aqui, 70% usa o basculante. Usa ou não usa,

gente? E depois que a gente coloca, e depois que a gente coloca esse entulho, numa cidade complicada como essa, que o (ininteligível) caçamba, você é obrigado a levar de uma em uma onde o CPE eletrônico quer que a gente leve. Atravessando a cidade de São Paulo, que cada dia fica mais estreita. Com vamos levar, gente? Não tem condição nenhuma de a gente cumprir o CPE eletrônico desta forma. Outra coisa, você compra um caminhão, caríssimo, aí você tem que cumprir rodízio, o caminhão fica em casa. É um prejuízo para essas empresas gigantesco e isso aí, as autoridades precisam saber, precisa tomar conhecimento. Eu sei que o Doria é um empresário. Ele vai saber muito bem ouvir as nossas necessidades porque tocar uma empresa, não é fácil numa crise que nós estamos aí. No setor de terraplenagem, eu posso falar aqui, a Leila está aqui, do Sinduscon, me desculpe, mas aqui nós estamos discutindo o entulho. Agora, quando você vai para a terraplenagem, aí você põe volume de (ininteligível) de um milhão de metros cúbicos na construção que está hoje com 10%. Quando ela atingir 100%, os três aterros, cada caminhoneiro vai fazer uma viagem por dia. Com é que a categoria não quer cumprir no setor eletrônico para área que quer, mas não avançou, Alfredinho é testemunha, que nós estamos pedindo isso desde antes. Quando o Prefeito recebeu a gente, o Haddad, em duas reuniões ele entendeu a situação. Ele não está mais aqui. Agora, precisamos conversar com a nova gestão para entender, mas nós precisamos de prazo. Eu peço aqui, encarecidamente, aos Vereadores, ou ao Prefeito João Doria. Não dê mais seis meses para que vocês deem as condições necessárias que a gente precisa. Então, eu acho que não é pedir demais, gente.

Agradeço a todas as autoridades aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Obrigado, Sr. Francisco, eu gostaria de convidar para ocupar a Mesa o representante do Deputado Vanderlei Macris, que está aqui presente. O Deputado que representa com dignidade o nosso Estado e quem sabe o seu filho irá ocupar um grande lugar aqui no Estado de São Paulo. Vamos aos pronunciamentos. Queria

chamar o Sr. Linhares, da empresa Planeta Limpo.

Bom, vamos aos pronunciamentos.

Queria chamar o Sr. Linhares, da empresa Planeta Limpo, que terá três minutos.

O SR. LINHARES – Bom dia, pessoal. Meu pronunciamento é um protesto com o senhor Evaldo.

Sr. Evaldo, por gentileza. Uma das suas falas diz o seguinte: que a Prefeitura subsidia cinco vezes o valor do aterro, não é isso?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LINHARES – Um terço do aterro.

Eu descarrego em Itaquareia – sou da zona Leste, e descarrego em Itaquareia. Minha C10 (?) vocês perguntam onde que eu jogo, e eu jogo no Itaquareia. Eu sou um, e tenho certeza que 99% daqui jogam em algum lugar desses aí fora do Município de São Paulo, que São Paulo não tem aterro. Vocês precisam resolver o problema do aterro para funcionar. Se você não resolver isso, não tem lei. (Palmas)

Olha, cada patola dessa aqui eu levo cinco caçambinhas. Eu pago cem reais para descarregar no aterro onde vocês estão credenciados. Agora, vocês falaram para eu pagar 22, 25 reais a tonelada. Uma caçamba leva 5 toneladas. Eu faço uma viagem de 90km, ida e volta, para descarregar uma caçamba, pagando 100 reais, quando eu posso levar no caminhão cinco e pagar 100 reais. Onde está o subsídio de vocês? Desculpa, não existe. (Palmas)

Quando nós fazemos a separação – que aqui ninguém é bobo, a grande maioria faz a separação –, tem lá o resíduo que o Itaquareia recebe, que é o ouro que o vereador comentou, tem a madeira, que lá não recebe, e tem o lixo que lá também não recebe. Essa madeira eu descargo na Made Vila – estão aqui os comprovantes. A Made Vila não tem nada a ver com o sistema *on line* de vocês. Quando eu descarrego, recebo a caçamba e dou baixa na CTR na minha ATT, eu levo essa madeira de que maneira para a Made Vila, se não tem o sistema eletrônico da Made Vila? Ao mesmo tempo, o lixo, que é separado – inclusive cachorro morto, que ninguém fala, mas tem muito cachorro morto nas caçambas –, eu levo lá para o Lara, em Mauá, que também não é São Paulo, e o Lara recebe e me documenta também – tem o meu envelope do documento do Lara –, só que ele também não tem o sistema *on line* da CTR para São Paulo.

Então, se vocês querem ser ajudados, nos ajudem. Vocês querem implantar a CTR?

Todo mundo aqui vai aceitar a CTR no momento em que vocês tiverem condições de descartar esses materiais. (Palmas) Não adianta vocês quererem se enganar com a ilusão que vai limpar. Tem caçambeiro que joga na rua, sim. Eu denunciei dez vezes, e ninguém nunca tomou providência. A minha esposa manda mensagem, manda email, e não tomam providência. Está lá no Facebook, e ninguém toma providência. Então é a isso que vocês precisam ficar atentos. Vocês, que estão chegando agora, não têm noção do que vocês estão pegando. Essa é a grande verdade. (Palmas) É preciso prestar atenção. Essa CTR *on line* é fundamental, mas ela não pode funcionar agora. Como a colega falou, vocês precisam de tempo para se preparem para isso, que é fundamental.

Agora eu queria saber, queria que vocês me respondessem, onde está o subsídio desse negócio. Eu queria saber, que eu fiquei questionando onde está o subsídio, que não existe isso aí. Porque, no mesmo lugar, eu pago 100 reais, e pago 100 reais por uma caçamba.

Eu queria fazer um comentário para o colega Carlos: com relação à gestão – o Dr. Lima já falou que conhece o senhor há muitos anos, né; agora, eu fui abordado por Guarda Civil Metropolitana, logicamente, não agora, mas o ano passado, voltando um pouquinho ao passado. E eu pergunto ao senhor o seguinte: quando um guarda rodoviário, na estrada, para o senhor, quando o senhor está indo no seu automóvel, como é que ele faz para parar o senhor? Ele sinaliza, o senhor encosta o carro, ele chega na porta, na sua janela, e fala assim: “Meu senhor, o senhor pode apresentar os documentos, a habilitação, o documento do veículo?”

“Sim, senhor, pois não”.

Quando a blitz da Polícia Militar nos aborda, ela, simplesmente, pede o documento para nós com a maior gentileza.

Agora, o GCM, o pessoal do Meio Ambiente chega armado: “Mãos na cabeça”. (Palmas) Isso aconteceu comigo. O que é isso?! (Palmas) Onde nós estamos? Tratam-nos como bandidos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Concluindo, por gentileza, pois o senhor já falou por 5 minutos.

É bom lembrar que isso aconteceu no ano passado, não é?

O SR. LINHARES – Exatamente, no ano passado.

Mas eu quero salientar o que aconteceu.

- Tumulto na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O Comandante da GCM está aqui para anotar.

O que o Sr. Linhares falou, na realidade, aconteceu no ano passado.

Então, eu gostaria que o senhor concluísse porque, se não, não dará para ouvir o pessoal que está aqui para falar.

O SR. LINHARES – Em respeito à Mesa, à nova gestão, vamos dar um voto de confiança, desde que vocês não coloquem essa CTR em vigor agora. Isso não pode entrar em vigor agora. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado.

Por gentileza, temos muitas pessoas para falar. Então, eu peço para respeitarem os 3 minutos, se não, muitos que estão listados aqui não poderão falar.

Gostaria de passar a palavra ao Sr. Vicente de Paula, representante da APELMAT.

O SR. VICENTE DE PAULA – Bom dia a todos.

A APELMAT representa o pessoal da terraplanagem. O nosso volume de material transportado é muito grande. Atendemos as grandes construções e obras.

Fomos colocados, de carona, em cima dessa resolução e das leis.

Até agradecemos a nova gestão, Emurb tem nos concedido o direito de participar, de discutir os problemas das categorias. Todos que estão aqui são pessoas honestas e trabalhadoras. Garanto que aqui não tem nenhum bandido.

Precisamos que a categoria da terraplanagem seja tratada com outro olhar, que não da caçamba, que é um outro universo. Embora o pessoal da caçambinha tenha os seus caminhões basculantes – e também tenha suas dificuldades.

Nós precisamos de um prazo maior e de uma discussão maior em relação a toda essa sistemática da CTR eletrônica.

Como foi falado por muita gente, nós também somos favoráveis à CTR eletrônica, desde que haja uma maior discussão e o atendimento de várias reivindicações, como a Simone colocou, das quais nós já falamos; o número de aterros é insuficiente – nós estamos habituados a levar em vários locais que são licenciados pela Cetesb, pelo Município de origem do aterro, no jargão é Bota Fora, então precisamos de mais aterros.

E gostaríamos de entender por que outros aterros não conseguem entrar na CTR eletrônica se não tiver uma filial dentro de São Paulo.

A minha empresa é de São Caetano do Sul, mas, há 18 anos, trabalho na Grande São Paulo.

Foi me cerceado o direito de fazer o cadastro na Emurb porque sou de São Caetano, divisa com São Paulo.

Eu executo grandes obras, obras do Estado, do Município. Então, são vários os detalhes que nós precisamos ter uma adequação para que funcione bem o CTR eletrônico. E ninguém aqui é contra a legalidade, todo mundo quer trabalhar dentro da legalidade, porém a gente precisa de um pouco mais de tempo, então a gente gostaria de solicitar isso.

Também gostaria de deixar claro, mais uma vez, que a atual gestão nos deu o direito que outra gestão não deu. O Evaldo, o Davi, a gente tem conversado bastante com eles, mas a gente precisa que isso seja mais debatido, inclusive a gente pediu uma reunião com o pessoal da CET, porque a gente tem problema de balança, de peso de caminhão basculante. A gente precisa de uma reunião com o comando da GCM para poder debater os nossos problemas, entender ou definir uma maneira de abordagem.

Existe uma revolta do pessoal em relação ao jeito que o pessoal é abordado. Outra coisa: a mídia precisa escutar a categoria, não pegar os pontos viciados de São Paulo e sair criticando. É preciso escutar a categoria, saber os dados direito, para a gente explicar o que

acontece.

Uma coisa muito importante também é a educação do povo do Município de São Paulo. A Prefeitura devia lançar uma campanha educativa, porque a gente vê pela Cidade toda jogando sofá velho na esquina, guarda-roupa desmontado, e acaba sobrando para nós a culpa. Então, a gente é favorável à Cidade limpa, sim.

Obrigado.

O SR. RODRIGO GOMES – Eu só queria solicitar que anexasse ao PL esse documento entregue a nós pela Apesp. Outro requerimento, Sr. Presidente, é que o senhor solicite a juntada da apresentação da ABTR junto ao PL, que a Dra. Silvia forneça o documento para a gente juntar no processo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Só uma questão de ordem, eu entendo que a apresentação da Dra. Silvia faz parte da manifestação.

Passo a palavra à Sra. Lilian Sarrouf, representante do Sinduscon.

A SRA. LILIAN SARROUF – Bom dia a todos. Quero parabenizar os senhores que estão aqui. O Sinduscon SP, desde 2000, discute a questão de resíduos, e nunca a gente viu uma manifestação como essa. Estamos nesta Casa, tem sete Vereadores assinando o PL, o Executivo também está trabalhando na regulamentação da lei: todos querendo fazer a coisa certa. Acho que isso é o mais importante.

Desde 2000, acompanho tudo: a elaboração da Resolução do Conama, da política nacional, da política municipal, todas as ações que ocorreram. E, às vezes, a gente fica meio triste por entendimento errôneo de algumas definições, o que causa um problema que atinge todos nós. O Sr. Sérgio falou da Resolução do Conama, sobre a Classe D. O problema da Classe D foi o nome que deram para ela, porque não é resíduo perigoso.

Quando a gente fala da Portaria que saiu do CTR eletrônico, determinando que só podia resíduo inerte, nós fomos os primeiros a nos manifestar, falando “Vai dar problema”.

A gente sabe que os aterros são obrigados por lei e por projeto, norma técnica, a

terem as áreas de transbordo e triagem. Vocês não estão falando das áreas de transbordo e triagem, vocês não estão falando nas recicladoras, então muitas coisas estão ficando de fora, porque estão faltando alguns interlocutores nessa mesa.

A iniciativa foi de vocês, parabêniso e agradeço por estar aqui. Mas falta conversar com os grandes e pequenos geradores, com os aterros, mas não só os três.

Para onde mandar a terra se a gente não pode exportar entre aspas essa terra para uma divisa que está do lado da nossa obra, vai ter que atravessar São Paulo inteiro. E a gente sabe que aí não vai ter condições.

Então, a gente tem que pensar que já foi discutido lá atrás a questão do consórcio, das soluções conjuntas. As áreas de destinação, uma vez licenciadas pela Cetesb, o órgão ambiental estadual, por que não poderiam fazer parte dessa rede de destinação? Por que as ATTs não poderiam ser cadastradas aqui?

A gente está implantando com o Estado de São Paulo, começamos na Administração do Bruno Covas, o sistema de gerenciamento *online*, quando foram discutidas todas essas questões e já se avançou em muitas soluções.

Uma grande solução que se conseguiu, junto ao órgão ambiental, foi caracterizar 90% dos resíduos que saem das obras. Não se está falando só do inerte, mas também da lâmpada, do saco de estopa, do resto de tinta. A gente clareou o que é resíduo perigoso, o que não é, qual é a relação com o Conama e quais são as destinações possíveis.

Foi clareado o entendimento de que as ATTs podem sim receber todos os resíduos de construção civil, porque elas precisam ter isso, só que tem de ser treinadas. Também trabalhar com pessoal de tintas para que capacitem as ATTs e as cooperativas a receber resíduos de tinta, para receber bem-feito, porque tem recicladora que está interessada.

A Abrecon está aqui, quando começaram não ia nem um resíduo para eles, hoje estão conseguindo trabalhar.

Eu acho que a oportunidade de estarmos aqui para discutir a gestão é muito boa.

Há problemas em projetos de lei, leis, normativas, portarias e tudo o que tenha, porque não é feita essa conversa com todos.

O SindusCon-SP está aqui à disposição de vocês, gostaríamos de ter uma pauta com os Vereadores e expor os avanços que nós já tivemos, principalmente com relação à regulamentação, destinação.

O Conama já alterou várias vezes. Discordo da doutora quando ela fala que não é para atender resolução do Conama, pelo contrário. Junto à política nacional de resíduos, a pedido da categoria da construção civil, fizemos uma ressalva dessa política dizendo que sim deve ser atendida a Resolução Conama 307, porque é ela que nos ajuda a gerenciar tudo isso. É ela que fala que tem resíduo do grande e do pequeno gerador, que fala das responsabilidades tanto do público como do privado, da Prefeitura e de nós empresas.

Eu acho que seria bem oportuno, porque a gente está à disposição de apresentar todo esse trabalho para vocês e fazendo essa leitura dos PLs.

Da forma como está o PL sugerido pelos Vereadores terá falhas que chegarão ao jurídico da Casa, da Prefeitura, do Ministério Público e vai voltar – não entendo direito o trâmite - porque existem falhas que devem ser *linkadas* com outros projetos de lei que precisam ser solucionados.

Para a proposta, a gente precisa desde a nomenclatura até o que é resíduo de construção civil. A sugestão seria fazer um trabalho conjunto para que todos pudessem contribuir no sentido de pegarmos a legislação existente no Município de São Paulo e resolver aquilo que é da alçada, hoje, da Secretaria do Bruno Covas, ou seja, a questão mais técnica do resíduo...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Por gentileza...

A SRA. LILIAN SARROUF - ...e a questão que envolve as outras áreas como Finanças, CET, Guarda Municipal e tudo mais que a gente possa ter uma delegação conjunta para resolver esses assuntos.

Nós queremos, vamos dizer assim, que a gestão dos resíduos de São Paulo avance. Estamos aqui para contribuir com vocês e com os demais.

Queria parabenizar todos que estão dispostos, realmente, a avançar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Obrigado. Gostaria de convidar o Sr. João Paulo, da Terpage Terraplanagem, por gentileza.

O SR. JOÃO PAULO – Boa tarde a todos. Falo aqui em nome da maioria dos colegas da terraplanagem que somos classificados, todos nós como os caçambeiros acho até errado isso aí. Somos empresários da construção civil. Trabalhamos com terraplanagem. Fazemos escavações para prédios, assim, o que eu queria saber - vou falar por mim - uns 18, 20 anos que estou no ramo, trabalho na situação, temos questionado em relação ao Meio Ambiente, eu trabalho, por exemplo, muito com o transporte de terra para jardinagem, as construtoras vão lá, fazem os prédios e depois eles precisam de uma terra para fazer novamente. Não só para as construtoras. Forneço também terra para a Prefeitura do Município de São Paulo, para vários órgãos também relacionados a essa área. Com essa implantação da CTerra eletrônica, eu não poderia mais fazer isso. Aí pergunto o seguinte: isso é uma cidade limpa, isso é uma situação de reutilização de uma terra, de um material limpo que a gente tem em uma situação que foi classificada como material classe 2B que pode ser usado novamente porque eu vou ter de jogar esse material fora, e retirar esse material novamente de uma jazida onde vai ter que licenciar fazer lavras que já me falara, um monte de situação e outra não temos essa situação dentro da Cidade de São Paulo. o que vai acontecer? A gente vai estar degradando uma outra área para atender uma outra situação sendo que temos uma situação dentro da nossa própria cidade que pode ser usada mas não vai ser usada porque está colocando tudo em uma lei só. Pergunto para vocês: isso é uma situação que poderíamos mudar e temos outras situações. As construtoras precisam de terra. Os aterros hoje que a gente leva, digo 90% dos colegas aqui representados todos eles têm cadastro na CETESB, todos eles têm o alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura do Município de São Paulo.

e a gente não vai poder levar esses aterros porque seria para nivelamento topográfico. Aí pergunto porque a gente não pode fazer isso e porque não reutilizar esse material que seria uma vida útil a mais para o Meio Ambiente.

Obrigado a todos!

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Com a palavra o nobre Vereador Gilson Barreto um dos autores do projeto.

O SR. GILSON BARRETO – Bom dia a todos! saúdo todos os presentes, dizer que é essa audiência pública é muito importante. Agora, eu gostaria de solicitar da representante do Sinduscom se a preocupação de terminologia que pudesse encaminhar para comissão, essas modificações, o que está pegando em termos de, se estamos usando algum termo errado dentro do projeto como foi colocado, que encaminhasse de imediato, não esperasse ficar conversando, desconversando e nada se resolve. O objeto dos Srs. Vereadores é que as coisas sejam resolvidas já de imediato, não ficando nesse negócio de chove, não molha. Parabenizar vocês pela organização, e pelo entrosamento. É isso. Tem de participar. Se vocês querem atingir os objetivos tem de estar presente e brigar. Defenda sua parte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Com a palavra o Sr. Edmilson Pereira Dias, da empresa Lololix.

O SR. EDMILSON PEREIRA DIAS – Boa tarde a todos. Sr. Presidente da AMLURB, o senhor sabe que somos licenciados e estamos um bom percentual clandestino, porque mesmo a licença que nós temos, os aterros que nós temos legalizados em São Paulo não é suficiente para nos atender. Quantos aterros nós temos em São Paulo legalizados? Temos os UVR Grajaú, que tem todas as licenças, mas não aceita gesso. O Riuma eu não descarrego lá. Sou da zona sul, cada um com a sua região. Itaquarema não é São Paulo, certo. Então, nós temos dois aterros. Um na zona sul, que é o UVR Grajaú, e um que é o Riuma, que eu saiba. ATT nenhuma tem documentação. Prova para mim que elas têm documentação? Eu

trabalho em São Paulo, eu não trabalho em Diadema. Está um zum zum zum que Diadema está só esperando para dar o bote. Essa semana eles pegaram dez caçambas na porta do Hudson e levaram presas. Assim que eles souberem que a lei aqui baixou, eles não vão permitir que os nossos caminhões entrem em Diadema para descarregar. Então, se eu não posso trabalhar lá, Diadema não pode trabalhar em São Paulo. Se eu vir caçamba azul ou amarela aqui, eu vou denunciar. Então, também não posso entrar lá.

Estou tentando passar para ele as condições que nós trabalhamos. Quem está no ramo, há pouco tempo, não precisa voltar a anos atrás não. Eu, hoje, estou atrás de uma mesa comandando a minha empresa, mas se eu voltar há cinco anos, eu dormia na fila no Lumina porque não era o suficiente para atender a demanda. Imagina hoje com essa quantidade de empresas, se voltar a funcionar uma CPR eletrônica, eu não vou ver a minha esposa, eu vou dormir na fila, conseguir rodar durante o dia para conseguir descarregar porque nós estamos levando...eu estou falando para você uma verdade, nós temos as licenças, nós estamos descarregando clandestinamente porque as ATTs que estão abertas hoje, elas são clandestinas. Eu posso ter uma amanhã. Eu não estou dizendo que você é um cara clandestino no sentido de estar te acusando, você não tem a documentação para receber meu material, e não tem uma destinação correta dela. Eles querem uma destinação final, quem tem que ver isso são eles. O cliente cobra de mim. A minha consultora liga para mim e fala para eu mandar o documento para onde que estão. Eu tenho uma licença junta a Amlurb. Sou credenciado pela Amlurb. Eu sou um transportador. Se você quer questionar para onde vai o material, você é que tem de criar uma condição juntamente com o aterro que você me credenciou a descarregar lá. Eu não posso levar para uma ATT clandestina, eu estou errado. O senhor está aqui, está interligado com a minha conversa. Se a ambiental me pegar entrando na ATT, que é clandestina, se o senhor me pegar o senhor vai prender meu caminhão e o senhor não estará errado. Aí eu vou questionar quem? Porque eu não tenho onde descarregar. Hoje não é o suficiente.

Eu gostaria de fazer uma coisa que a doutora esqueceu: estão sendo discutidas várias coisas, só que até agora a gente não sabe se a partir de amanhã a gente vai continuar tomando as multas que estão sendo aplicadas. Eu não sei, ele vai dar o relatório final deles. As multas estão sendo aplicadas por caçamba ao contrário, uns chutam que a CET é culpada, nós queremos uma definição. Nós temos Vereadores, de coração, o que vocês estão fazendo por nós, não sei nem se é obrigação de vocês. Ricardo Nunes, Alfredinho, são todos vocês. Diretamente tratando com vocês nós jamais chegaríamos onde nós estamos. Nós temos que ter eles para nos representar e as demais autoridades.

O senhor falou para mim que é diretor, não é isso? Inspetor. O senhor está em qual base? Geral. Então vou pedir uma coisa para o senhor. As viaturas do senhor fazem blitzes a 50 metros de entrar no Lumina. O senhor acha que isso está correto? O que eu vou fazer na porta de um aterro legalizado com o meu caminhão? Eu preciso ser autuado pela Guarda Civil Metropolitana? Não é aí que os senhores tem de estar. Eu vou provar para o senhor um local viciado que a Prefeitura deveria saber, eles descarregam hoje, a Prefeitura limpa amanhã, descarregam hoje, a Prefeitura limpa amanhã. Será que ninguém está fiscalizando isso daí?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Tem a palavra o Sr. Brasil Laerte.

O SR. ADILSON AMADEU - Presidente, nobre representante da sociedade paulistana, paulista, o Laerte Brasil também tem o comando a respeito de caçambeiros. O senhor fala a respeito dessa família de caçambeiros.

O SR. BRASIL LAERTE – A nível nacional eu sou um dos caçambeiros.

O SR. ADILSON AMADEU – É que o senhor desenvolve vários temas e eu queria saber se esse também o senhor vai desenvolver? Eu quero escutar.

O SR. BRASIL LAERTE – Sou Presidente Mundial da União Global Sindical do Seguro Social dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cidade, que é a UniGlobal Trabalho. Nós vivemos hoje num país sem políticas públicas de oportunidade. A pesquisa que nós temos aqui no Brasil é que só 10% dos cidadãos têm direito à oportunidade. E aqui na Cidade de São

Paulo são 8%. Essa política de oportunidade, eu comparo igual, vamos dizer, uma corrida de 42 quilômetros onde eu colocaria os atletas profissionais já para correr nos 30 quilômetros e colocar 90% para correr no quilômetro zero. O que ocorre para os caçambeiros na Cidade de São Paulo. Por exemplo, (ininteligível) dos aterros e de outros empresários da Odebrecht, que correm no quilômetro 30 e vocês correm no quilômetro zero. Isso é uma verdadeira injustiça aqui em São Paulo. Qual é a minha proposta? É que essa Comissão convoque esses donos de aterros e os (ininteligível) de lixo porque, veja bem, os incisos I, II, III, IV, no artigo 29, vão esmagar todos os senhores e senhoras que contribuem com o modelo de criação de São Paulo.

Essas multas têm de serem revertidas para os aterros e para o gerador de lixo em São Paulo. Aplicar multas pesadíssimas mesmo para os donos de aterro que devolvem as caçambas. Isso é um verdadeiro absurdo. Isso é uma verdadeira afronta à categoria aqui que contribui para uma cidade mais limpa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Tem a palavra o Sr. Carlos de Oliveira, do Grupo Organizado de Valorização da Vida.

O SR. CARLOS DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Senhores, sou uma pessoa realizada nessa matéria de caçamba, porque o Sr. Lima não me deixa nem dormir. Primeiro quero fazer três colocações importantes. A primeira delas é em relação à Sra Sílvia. A senhora Simone esteve sempre com a porta do MP aberta. Vamos corrigir isso porque isso não é bom. O Sr. Francisco Pereira Lima também presidente da Artesp também sempre teve as portas abertas e fomos atendidos lá várias vezes. O Sr. Bento e a Guarda Ambiental também atenderam todas as pessoas que procuraram para falar sobre as ocorrências. Eu não só tenho testemunhas disso, como participei de algumas. Em relação ao PL 03/2006, vou dizer para vocês que o CTR vem desde 2002 nesta Casa. O que aconteceu, quando a Lilian fala pelo Sinduscon, é muito legal porque foram eles que patrocinaram o balanço dos CEUs, são eles

que fazem. O que acontece? Aqui é sobre licenciamento, então, a gente tem de falar sobre coisas reais.

Quando a gente fala do Sigor, isso é uma sigla, essas coisas sempre o Sinduscon participou, a Cetesb sempre participou, o Governo do Estado com a Secretaria do Meio Ambiente sempre participou. Aqui no Município a gente tinha muita dificuldade porque nas comissões de meio ambiente nunca se deixou entrarem essas pessoas para discutirem o problema do entulho. Isso eu estou falando desde o Dráuzio Barreto. Para quem não sabe o Sr. Dráuzio Barreto, Procurador do Estado, foi Secretário. E o Sr. Lima foi falar para ele essas verdades em 2009. Sabe o que ele disse: que o Sr. Lima não tinha a primazia da palavra. Então, a gente tem de tomar muito cuidado, porque, às vezes, as pessoas vêm aqui e querem ter a primazia da palavra. Realmente, tem que ter cuidado com essa questão do MP, falar que eles são ausentes, eles não são ausentes, a imprensa, eu como jornalista, me sinto, às vezes, ofendido quando alguém fala que a gente só fala coisa ruim. Eu estou preparando essa matéria faz nove anos e nós vamos lançar e fazer junto com vocês porque esse governo que está aí, se ele prometer uma cidade, ele só vai simplesmente cumprir, mas fico mais interessado na Casa porque aqui é que legisla. Só que, Adilson, nós temos algumas coisas e eu tenho passado em algumas cidades vizinhas, que todo mundo quer fazer o Peger(?), todo mundo quer. Até as cidades vizinhas já estão prontas. Só que eles já resolveram o problema mais difícil que é o do resíduo, que é o lixo domiciliar, e já pegaram o dinheiro para montar a oficina de reciclagem. E nesta fase, nós enquanto do CAS de meio ambiente, propusemos ao MP em 2008 montar a primeira usina para provar para o Presidente da BTR que não só dependia da Casa uma legislação, mas como uma lei de cooperativismo pudesse ser executada no nosso Município. Teve um governo que terminou com as cooperativas. O Ricardo Nunes teve o privilégio de voltar com as cooperativas e hoje nós temos uma usina licenciada com uma sociedade de alguém que inviabiliza todo o projeto. Quando o Presidente dessa Casa, o Police Neto, o Presidente da Artesp e eu viemos procurar o Police dizendo para não privatizar os

ecopontos porque os ecopontos se tornarão um depósito de entulho. Naquela ocasião a Cidade de São Paulo tinha apenas 51 ecopontos. Sabe o que aconteceu? Em 2011, em dezembro, quando privatizou, saiu de 257 toneladas para a quantidade de três mil e 260 toneladas em um mês. Isso que essa categoria está dizendo hoje para a Amlurb, e eu participei de todas essas conversas, é uma realidade.

Só que, a partir do momento que o BTR for realmente colocado para que cada um execute, eu quero lá na minha casa cadastrar a minha reforma e quero fazer dentro da lei, mas que a lei saia desta Casa porque realmente a lei que estamos cumprindo hoje é incabida, impossível de se praticar, e nós já indicamos isso há muito tempo para que os donos dos aterros fossem convidados. Eles não têm interesse nenhum porque aquilo rende mais do que qualquer bolsa de valores nesse país. Então o Gov (?) em 2010 conseguiu durante quatro anos trabalhar para montar a primeira usina de resíduos com descarte zero. O nosso sócio inviabiliza qualquer projeto de atender vocês porque eles querem a caçamba de vocês igual filé mignon, que vá para os outros aterros que a Prefeitura infelizmente vêm subsidiando mesmo contra nós contribuintes fazermos isso e o sindicato também. Espero que a minha fala tenha alguma valia e a (ininteligível) e a Simone quando falar do gov, por gentileza, sejam um pouco mais delicadas com esse pessoal nosso do MP.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra o Sr. Leandro Oliveira da CR Remoção. Gostaria de dizer que o nobre Vereador Gilson Barreto irá se retirar porque irá presidir a reunião do PSDB aqui na Casa.

O SR. LEANDRO OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Serei breve na minha fala. Pegarei o gancho do Edmilson, da nossa categoria, da Lololix, que falou sobre os aterros. Falarei um pouco sobre Amlurb.

Minha empresa tem 16 anos no mercado, outras 20 anos. Não sei quanto tempo a Amlurb tem, mas desde que foi fundada até hoje ela é extremamente ineficiente. Todo mundo que vai àquele é desrespeitado. (Palmas) Nada funciona naquele lugar.

A burocracia é muita. Se você tiver uma caçamba apreendida, tem que deixar a vida inteira da sua empresa para tirar essa caçamba apreendida, que custa 1,5 mil reais. Esse é o valor de uma caçamba nova! Ou seja, para eu tirar a multa de caçamba virada são 700 reais. Um momento: uma caçamba na rua custa 300, 350 reais; então, como uma multa custa 700 reais? São inviáveis financeiramente essas multas que vocês estão aplicando.

A indústria da multa acabou ou não? Saiu da Marginal e foi para as caçambas. Vamos ser mais razoáveis com isso.

Esse governo é novo. Sr. Diretor, sugiro que a Amlurb funcione melhor para a nossa sociedade, já que vocês estão lá para atender à sociedade, à Cidade. Porque nem o telefone na Amlurb funciona! (Palmas) Há mais de uma semana o telefone de lá não funciona. Para eu colocar um crédito, demora 4 dias para cair. Aí, quarta feira de Carnaval vocês não trabalham, só na quinta, isso se não voltarem só na segunda.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. LEANDRO OLIVEIRA – Não é bem assim não. Vocês precisam ser mais eficientes. Antes de quererem cobrar de todo mundo que está aqui – pois todos são trabalhadores e trabalham certinho -, vocês precisam limpar o quintal de vocês. Trabalhem certo, que a nossa parte é consequência, é espelho. Tudo vai refletir. (Palmas)

Então, façam o de vocês primeiro. Não venham querer colocar leis descabidas. Primeiro, façam a parte de vocês, trabalhem certinho; nós somos somente consequência disso.

Eu queria sair daqui e estabelecer um compromisso com vocês. Amanhã, se funcionar – acho que até vou falar besteira... Vamos sair daqui combinados de que amanhã não irá funcionar a CTR Online. Ou não? Acho que a gente tem que sair daqui com um compromisso. Como a Simone falou, a gente precisa sair daqui com essa certeza. Porque, senão, vai descambar. Obrigado. (Palmas)

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Só para lembrar que não estamos aqui

para isso, mas para discutir o projeto, tentando melhorar a relação e inclusive levando as colocações de todos vocês. Só para lembrar.

Antes de encerrar, passo a palavra ao Comandante Geral da Guarda Civil Metropolitana, Inspetor Carlos Bento da Silva, que falará por 2 minutos.

O SR. CARLOS BENTO DA SILVA – Obrigado, Presidente. Para encerrar a participação da Guarda Ambiental de São Paulo neste evento, quero dizer que eu pessoalmente, Inspetor Bento, estou muito feliz, satisfeito de estar participando desde os primórdios. Estão aqui o Carlos, o Francisco. Eu participei das reuniões do GOV buscando essa alternativa, e sugeri isto: vocês têm que se organizar, buscar rever as incongruências da legislação, que é complexa. Não adianta discutirmos legislação aqui, pois ela é complexa. Por isso é que existem os advogados, para tentarmos mudar as incongruências da lei.

Porém, quanto à participação e à organização do grupo que está, quero registrar que sempre participei, sempre discuti com o Carlos e o Francisco para buscarmos essas alternativas para todos trabalharem de forma legal e satisfatória, atendendo a todos os pré-requisitos – sejam os da categoria de vocês, sejam os relativos ao cumprimento da legislação.

A Guarda Ambiental está à disposição. Até sugiro – depois vou falar com o Carlos e o Francisco – a quem quiser, participarmos de uma reunião comigo lá no Comando Geral para discutirmos essas incongruências de atitudes isoladas. A gente não pode concluir que todo mundo trabalha errado. Existem atitudes isoladas, condutas irregulares que têm que ser apuradas. Meu telefone está com o Carlos, o Francisco e outros colegas, e faço questão que a pessoa me ligue no meu telefone pessoal porque eu não compactuo com irregularidades. O Carlos sabe disso muito bem. Não compactuo com irregularidades em todos os aspectos: financeiro, corrupção, condutas irregulares de algum colega nosso que atenda as ocorrências. Quanto ao nosso trabalho, temos que cumprir a legislação. Pode ser do lado do transbordo, pode ser em outra região, outras vias em que a gente as operações. Porque, infelizmente, há colegas de vocês que trabalham de forma irregular e usam o nome de vocês, atrapalhando as

boas iniciativas. Os Vereadores desta Casa já elencadas já estão tomando a atitude de transformar a reivindicação de vocês em uma lei, e a lei sempre melhora, nunca reatroage.

É isso que eu compartilho com vocês. Parabéns a esta nobre Casa pela iniciativa. Conto com a presença dos senhores que quiserem ter uma reunião comigo no Comando Geral para esclarecer essas incongruências de atitudes irregulares, que combatemos na nossa gestão – na atual como na anterior. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Cumprimento o Comandante Geral da Guarda Civil Metropolitana, Inspetor Geral Carlos Bento da Silva, que mostra a transparência da corporação. A todos os presentes que têm reclamações a fazer, acho que as portas estão abertas pelo Comando Geral. Acho que nunca aconteceu isso. Acredito que essa questão pode ser resolvida. Todos terão o telefone para fazer os questionamentos. Agora, agradeço ao Inspetor pela fala e gostaria de fazer a juntada das ata das reuniões da Amlurb com vocês e dizer que as respostas formuladas por vocês vão ser encaminhadas na reunião que vamos ter na quinta feira em horário a ser agendada, mas já confirmada com o Secretário Bruno Covas.

Tenham a certeza de que iremos evoluir nessa questão; mas o mais importante em relação ao que todos falaram é no sentido de se buscar uma adequação entre as ações de vocês e a legislação, sem esquecer de que estamos também atrelados à legislação federal. Temos a Lei dos Resíduos Sólidos e outras tantas colocações que foram lembradas pela Lílian, do Sinduscon, pelo nosso representante da Secretaria do Verde e por todos vocês. Também ano que vem teremos eleições e iremos discutir o tema. Há o Vereador Ricardo Nunes; não sei se o Vereador Adilson Amadeu será candidato...

O SR. ADILSON AMADEU – Vou jogar todos os meus votos no Ricardo Nunes e peço aos senhores todos que o ajudem. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Lembro também o representante do Deputado Vanderlei Macris; o filho do Goulart, que esteve presente; o Rodrigo, cuja mãe, creio, irá ser deputada...

O SR. RODRIGO GOMES – A Deputada Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Acho que ela poderá nos ajudar. Enfim, vocês todos têm uma ação muito grande aqui na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Teremos o filho do Deputado Macris, Cauê Macris, quem sabe com uma ação, até pelo contato que existe com o Francisco, pela amizade.

Antes de finalizar, passo a palavra ao nobre Vereador Rodrigo Gomes.

O SR. RODRIGO GOMES – Obrigado, Sr. Presidente. Por assumir a coautoria do PL, gostaria que ficasse registrado o convite à minha pessoa para participar da reunião. Tenho certeza de que isso vai engrandecer bastante o trabalho.

Percebi, nesta audiência pública, as arestas que precisam ser aparadas, principalmente em cima dos geradores. Em alguns momentos, a legislação garantiu que os geradores pudessem fazer também seu descarte regular. Então, tenho certeza de que no final das contas, todos vão ganhar. Vocês, como empresários, acho complicado você falar por um gerador (ininteligível); você não pode colocar gesso, não colocar madeira, isso, aquilo *etc.*, porque não posso depositar isso lá na ponta. Então, acaba-se por reduzir o mercado para poder trabalhar. Tenho certeza de que vocês, como geradores, também não iriam gostar de uma empresa assim: a partir do momento em que você contrata dizendo que vai fazer o descarte regular - o objetivo é este: regularizar o descarte dos resíduos -, ter essa série de restrições.

Então, tenho certeza de que há uma responsabilidade entre vocês empresários do ramo, nós como Poder Público – e tenho certeza de que o Executivo tem essa intenção de resolver esse problema – e nós legisladores, que ficamos como fiscais e principalmente como corregedores dessa lei. Se tivermos de, em algum momento, retroceder, o Ricardo Nunes – tenho certeza – está aqui disponível em relação a isso. E que tenhamos efetivamente questão resolvida. Muito obrigado, Sr. Presidente, e que todos nós tenhamos avanços propositivos.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Passo a palavra ao nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Tenho três questões rápidas. Primeiramente, o Comando da GCM, na pessoa do Inspetor Bento, já se colocou à disposição; mas eu quero colocar também meu gabinete à disposição e acredito que também todos os Srs. Vereadores. E se os senhores tiverem essa pressão que foi feita aqui, de revólver na cabeça e coisa parecida, faço questão de atender e vou ao local quando isso acontecer. (Palmas)

A segunda coisa é uma observação. Nós estivemos com o Simão Pedro por várias vezes. Eu gostaria de saber se o Sérgio Henrique trabalhava com o Simão Pedro ou era da Amlurb (Pausa)

O SR. SÉRGIO HENRIQUE – Eu sou funcionário efetivo, concursado. Eu sempre fui da Secretaria do Verde.

O SR. ADILSON AMADEU – Mas você acompanhou a gente em algumas reuniões, não foi?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE – Muitas vezes.

O SR. ADILSON AMADEU – Muito bem. Então, você é uma pessoa que conhece bem o assunto, tem todos os elementos possível para poder nos ajudar nesse projeto todo.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE – Estou à disposição.

O SR. ADILSON AMADEU – Outra coisa. Se o Doria hoje ligar para a Amlurb, ficará bravo. Eu fiquei com pouco mais de 2 minutos para tentar falar em alguma divisão. Está aqui: o telefone é o (ininteligível, devido a aplausos na plateia).

Infelizmente, na outra gestão não dava certo, pois era o 156, e eu trabalhei muito em cima disso, provando que não funciona, e tem que melhorar muito, porque a população precisa falar com a Amlurb sim. Então, Evaldo, isso é um detalhe que vocês que estão à frente têm que observar. Eu fiquei por 2m10seg nesse telefone, para o qual liguei há pouco: 3397-1777.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ADILSON AMADEU – Então, o que falaram aqui é verdade. Para terminar, quero contribuir e sei que os senhores unidos irão obter sucesso. Parabéns a todos os que usaram o microfone. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Vereador Adilson Amadeu, um dos autores desse projeto. Passo a palavra ao Vereador Ricardo Nunes, meu amigo e, quem sabe, futuro deputado federal.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Nomura. Agradeço muito. Demos uma sorte muito grande, pois o Nomura é um grande Vereador e o Líder do Governo. É muito importante que quem faz essa relação da Casa com o Governo é o Líder do Governo, e demos a sorte de termos o Nomura escolhido pelo João Doria, que é da nossa Comissão inclusive, uma pessoa muito atenciosa e que faz um grande mandato.

O Vereador Adilson Amadeu é um grande Líder, nosso professor aqui, guerreiro e batalhador. Outro dia, durante a campanha, peguei um táxi e perguntei ao motorista em quem ele iria votar, ao que ele respondeu: “Adilson Amadeu”. Está certinho.

Esse é o cara que defende, um guerreiro, um batalhador. Vereador Rodrigo Gomes, primeiro mandato, também membro da Comissão de Finanças, um Vereador dedicado que entende muito da questão dos resíduos. Vereador Jair Tatto, Presidente da Comissão, esteve aqui e já saiu. Vereador Alfredinho, sempre muito guerreiro e participou conosco de três audiências no ano passado e retrasado. Vereador Isac Felix, também da Comissão, passou por aqui e está junto conosco. O Vereador Gilson Barreto é coautor do projeto. Enfim, tivemos nove Vereadores aqui na Comissão. É muito importante falarmos isso, porque nove Vereadores demonstra a importância desse assunto.

Agradeço ao pessoal da Amlurb, ao pessoal da Secretaria do Verde; ao Deputado Vanderlei Macris. Já estive em reuniões com a associação em outras situações com ele, inclusive da área da Polícia Civil para resolver algumas situações. Ele é uma pessoa

maravilhosa.

O Bento é nosso amigo. Foi muito importante o que ele falou. Como todos os demais Vereadores aqui, sou fã da Guarda Civil Metropolitana, mas excessos não são aceitos. Um guarda civil metropolitano apontar um revólver para a cabeça de um trabalhador é inaceitável e, com certeza, destoa do que é a instituição.

Do conjunto desta audiência pública, nós já votamos o projeto em primeira votação, ou seja, transforma em lei a obrigatoriedade dos aterros para receber todo tipo de material e responsabiliza o gerador como responsável pelo resíduo. Talvez até por isso haja uma divergência com relação ao SindusCon. Mas quem é dono do resíduo são eles mesmos, vocês são apenas os transportadores do produto.

Faço um agradecimento especial ao Secretário Bruno Covas, que foi muito atencioso. Ontem nós nos falamos por três vezes por telefone. Ele é uma pessoa que está muito aberta a entender os problemas. Muita gente reclamou que ele deu uma entrevista falando de um erro, que tem caçamba em calçada. As pessoas erram. Ninguém aqui concorda que haja caçamba em calçada, e a Guarda Civil Metropolitana tem que multar, sim, a caçamba em calçada, porque isso não é para acontecer, e acho que todo mundo aqui concorda comigo. A caçamba tem que ficar no lugar certo, em via pública para não atrapalhar a calçada.

Iremos fazer uma reunião na quinta-feira. Só não definimos ainda se será às 10h ou às 11h30. Ele pediu que fosse às 10h, mas, como eu tenho uma reunião às 10h, pedi a ele que fosse às 11h30. Agora só falta alterar das 10h para as 11h30 para reunir a Comissão dos Vereadores e dois representantes do setor para conversarmos com o Secretário Bruno Covas. De certo, também estará presente a Secretaria do Meio Ambiente e a Amlurb.

De definitivo, de acordo com o que expôs o representante da Secretaria do Verde, uma nova resolução, o que significa que agora poderão receber gesso. Precisamos, então, que os três aterros recebam todo tipo de material, que se faça uma ATT no aterro. Se há problema de calcificação, são eles que têm que resolver lá.

Não é muita coisa, gente. Precisamos que as licenças dos ATTs sejam liberadas para que elas recebam o material de vocês. Ninguém aqui é contra o CTR eletrônico, mas as pessoas só não querem que seja feito algo que seja impossível de cumprir. É só isso. (Palmas)

Eu tenho certeza de que o Evaldo está compreendendo um pouco mais, escutando o outro lado. Tenho certeza absoluta de que o Secretário Bruno Covas vai entender essa questão. Se possível, na quinta-feira, até falaremos com o Prefeito Doria. Já falei com o Secretário Bruno Covas e com a Amlurb sobre essa demanda de que amanhã passaria a funcionar o CTR eletrônico. Se o Evaldo puder, depois confirme essa solicitação nossa de que continue o CTR, mas que pode ser em papel até sentarmos, conversarmos e alinharmos as questões.

Em síntese, é isso.

Mais uma vez, parabênzo vocês pela mobilização. Vocês são pessoas trabalhadoras que querem continuar fazendo seu trabalho. Normalmente são empresas pequenas, familiares, e tenho certeza de que este Governo vai dar toda a atenção para as coisas se resolverem e não ocorra mais o descarte inadequado e que vocês possam trabalhar.

Muito obrigado de coração a todos vocês.

Deus abençoe todos. Um abraço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Antes de encerrar, passo a palavra ao Evaldo.

O SR. EVALDO AZEVEDO – Só para deixar bem clara a posição da Amlurb, vai sair uma resolução hoje implementando o CTR amanhã em caráter educativo por 30 dias, e durante esses 30 dias os senhores poderão continuar utilizando o CTR de papel – esses 30 dias são educativos. Nós temos uma série de solicitações dos senhores para atender via decreto, ou seja, alteração de decreto, que vai levar mais ou menos esses 30 dias. São solicitações que os senhores fizeram aqui hoje.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Na realidade, nós não vamos resolver todos os problemas que vocês trouxeram agora.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Nós estamos fazendo os encaminhamentos e as tratativas. O Evaldo já me mostrou isso, e vai ficar à disposição de vocês depois de várias reuniões o que foi atendido e o que não foi. A ideia é avançarmos nessa questão. Agora, o que ela falou sobre o CTR, sobre esses 30 dias educativos, não quer dizer que vocês terão que esperar passar 30 dias. Eu acho que vocês precisam começar a usar para saber onde está o erro. Se está errado, precisamos saber onde.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Esperem um pouco! Esperem um pouco!

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Uma coisa é uma relação com vocês; outra coisa, que tem que, e vai ser, colocada, é essa questão dos aterros. Aí é outra coisa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Não, não, não! Por gentileza!

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Eu acho que nós estamos caminhando bem na reunião.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Não! Nós estamos caminhando.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Nós teremos uma reunião na quinta-feira com o Secretário. Vocês vão mandar dois representantes e estarão muito bem representados. Os Vereadores Ricardo Nunes, Rodrigo e Adilson Amadeu estarão presentes, assim como o Evaldo, o Davi e o representante da Secretaria do Verde. A ideia é que possamos avançar e

não resolver aqui, porque aqui ninguém tem competência para resolver absolutamente nada.

Nós estamos avançando.

Então, por gentileza, já que estamos aqui fazendo um esforço, discutindo há três horas...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Mas não vamos resolver... Desculpe-me, mas esta é uma audiência pública. O projeto sequer foi votado. Nós estamos avançando, buscando uma solução. Agora, se vocês quiserem uma decisão hoje, infelizmente vocês não vão ter. Nós estamos avançando, nós vamos sentar e amadurecer.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Não vai ter multa!

A SRA SIMONE BEZERRA DO AMARAL – Não é isso, Presidente. Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza, a senhora já expôs sua posição. Vai ter um representante da categoria na próxima reunião, na quinta-feira.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Um momentinho, por favor!

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Essa questão de papel que foi abordada, de ser eletrônico ou não...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Mas eu pergunto para vocês: quem aqui da Comissão tem essa competência para discutir a questão do aterro?

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – É legislação, meu filho! É legislação. Vocês estão equivocados.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Nós vamos falar com o Secretário.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Olha o que vocês estão fazendo!

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Olha, gente, esperem um pouco. Nós vamos avançar; nós teremos uma reunião na quinta-feira!

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Eu vou encerrar!

- Manifestações no recinto.

A SRA. SIMONE BEZERRA DO AMARAL – Presidente, como a gente vai emitir CTR? Como esse pessoal vai emitir o CTR se em 72 horas tem que tirar a caçamba da rua e vai cair no domingo e em feriado?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Esperem um pouco. O CTR não vai ser obrigatório nesses 30 dias.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Esperem um pouco, nós estamos fazendo uma reunião para avançar, para discutir.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vocês não querem a reunião na quinta-feira com o Secretário?

O SR. EVALDO AZEVEDO – Gente, não tem multa.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vocês estão falando que vocês não querem a reunião com o Secretário. É isso que vocês querem?

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vocês não querem..

- Manifestações simultâneas.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vocês não querem que o Governo e ajude vocês.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – É isso que vocês querem.

O SR. EVALDO AZEVEDO – Não tem multa!

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Então, eu vou...

- Manifestações no recinto.

O SR. EVALDO AZEVEDO – Vocês não estão entendendo: não tem multa!

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Nós estamos...

- Manifestações no recinto.

- Tumulto.

O SR. ADILSON AMADEU – Peço um minuto de silêncio. Um minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gente, só uma coisa...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Esperem um pouco.

- Manifestações simultâneas.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Olha, gente, só uma coisa...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Só um coisa...

- Manifestação fora do microfone.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Esperem um pouco, gente.

- Manifestações no recinto

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Olha, a gente estava levando a audiência pública com toda a condição e com todo o cuidado. Nós estamos buscando um entendimento com o Governo. O Vereador Ricardo Nunes falou com o pessoal da Amlurb e pediu que, nesta discussão, o papel tenha validade, e vai ter validade, sem multa. Então...

- Manifestações no recinto.

O SR. EVALDO AZEVEDO – Deixem-no falar, gente. Um minuto, por favor.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Senhores...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Com a palavra a Amlurb, por favor.

O SR. EVALDO AZEVEDO – Senhores, eu vou deixar uma coisa bem clara. Nós fizemos a reuniões com as entidades que os representam. Foi gerada uma quantidade de demandas. Nós paramos e estamos estudando todas essas demandas. O CTR será implementado amanhã em caráter educativo, sem a aplicação de multas, porque é em caráter educativo. Se nesses 30 dias nós não chegarmos ao final com um decreto pronto, atendendo à demanda dos senhores, nós poderemos prorrogar isso por mais 30 dias, até que esse decreto esteja definitivamente atendendo às questões.

- Manifestações no recinto.

O SR. EVALDO AZEVEDO – É isso.

- Manifestações no recinto.

O SR. EVALDO AZEVEDO – Só mais uma coisa: eu preciso que os senhores trabalhem, emitam o CTR para que eu verifique quais são as dificuldades.

- Manifestações no recinto.

O SR. ADILSON AMADEU – Só um minutinho. Só um minutinho.

- Manifestações no recinto.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente Vereador Nomura e Diretor da Amlurb, me permita...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ADILSON AMADEU – Lima, só um minutinho.

Nobre Vereador Nomura, eu acho que a audiência pública estava indo muito bem numa análise e, no final, veio um fato que a estremeceu. Nobre Vereador Nomura, como Líder do Governo, e Diretor da Amlurb, que tem caneta para isso, como nós temos essa reunião com o Secretário quinta-feira. Parece que entraria em vigor esse ato. Já foi no Diário Oficial? Ainda vai ser. Então encarecidamente, eu, Vereador Adilson Amadeu, vou pedir para Diretor da lurb, vamos falar imediatamente com o Vice-Prefeito Bruno Covas, antes que não tenha e não haja essa reunião de quinta-feira, os senhores façam a suspensão desse decreto. (Palmas)

Eu acho que é uma maneira transparente desse Governo, Vereador Nomura. Esse Governo, quero estar, porque está me mostrando que tem transparência, a lurb, com o novo diretor tem que tem transparência, a Guarda Civil Metropolitana tem que ter transparência e eu não sento mais nesta Comissão se não tiver transparência também de todos os lados. (Palmas)

Então vamos imediatamente, Evaldo, eu acho que é assim, acho que vocês vão acertar e vão ficar marcado porque fizeram melhor para todos esses empresários de melhor qualidade. Vamos ver uma pequena saída que a gente vai construir depois um grande projeto. Eu acho que ficou tanto tempo para ser resolvido. Vamos um passo atrás para depois dar milhões de passos e passos para frente. É o pedido que eu faço. (Palmas)

O SR. – Eu tenho certeza, nobre Vereador Adilson Amadeu, que vocês que estão aqui presentes tem intenção de utilizar o sistema efetuado no ponto. Então eu acho importante, dentro dessa reunião, que vocês também tenham o compromisso de uma vez implantado num sistema educativo, de forma educativa, principalmente para a gente do Governo, do poder público, poder acompanhar e apurar a aplicação no sistema. Uma vez

acertado isso entre os poderes, o compromisso também de vocês de dar o *feedback* para a gente de como está a implantação no setor eletrônico. Uma vez acertado isso, uma vez acertada todas as arestas em contrato entre e lurb e a gente aqui com o projeto de lei pré-estabelecido, é todo esse respaldo de vocês enquanto usuários do sistema.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gente vamos encerrar.

- Manifestações simultâneas. Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gente, todo mundo quer falar. Se nós abriremos novamente...

- Manifestação longe do microfone. Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Eu entendo a ansiedade de todos vocês. Vocês estão há mais de dez anos, 2005 foi o primeiro decreto, então estamos há 11 anos vocês sendo massacrados, estão trabalhando. Agora, a coisa que é importante que eu quero dizer a vocês é o seguinte: nós precisamos fazer os encaminhamentos adequados e isso já foi feito com o Secretário, quinta-feira nós temos reunião.

- Manifestação longe do microfone. Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – São dois dias. Não vai mudar nada. São dois dias que nós vamos ter reunião. Eu pergunto para vocês: vocês não acreditam no Ricardo, vocês não acreditam no Adilson, vocês não acreditam no Rodrigo Gomes? É isso? Ele e mais dois representantes vão representar vocês na reunião. É isso, essa que é a proposta.

- Manifestação longe do microfone. Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – A ditadura é o seguinte, nós estamos falando de decreto de 2005, decreto de 2010. O Governo assumiu há pouco mais de dois meses. Nós estamos trabalhando, é isso que estou falando. O Adilson, mais o Ricardo, mais o Rodrigo, mais eu, o Alfredinho vão estar lá representando. Você é convidado, você escolhe, você vai junto.

- Manifestação longe do microfone. Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Olha, espere um pouco, a decisão, a discussão que foi feita, a reunião, o Ricardo que esteve conversando com o Secretário, ficou ontem um bom tempo conversando e foi marcada a reunião.

- Manifestação longe do microfone. Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Não tem isso.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, só um minuto. Eu sei que o tempo acabou, mas só um minuto.

- Manifestações simultâneas longe do microfone. Ininteligível.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Nada mais havendo a tratar nessa reunião, nós vamos encerrar a audiência. Vamos estar aqui conversando, mas protocolarmente precisamos encerrar a audiência.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
